



ANA DO CARMO SANTOS PINTO

**O FURTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL:
A REALIDADE E A SOLUÇÃO LEGAL**

Tese com vista à obtenção
do grau de Mestre em Direito

Orientador:
Doutor Frederico de Lacerda da Costa Pinto
Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2016

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ANTI-PLÁGIO

Ciente da importância deste compromisso, declaro que o presente texto é da minha autoria e que todas as utilizações de contribuições ou textos alheios serão devidamente referenciados.

DECLARAÇÃO DO NÚMERO DE CARACTERES

O corpo desta dissertação, incluindo espaços e notas, ocupa um total de 130.028 caracteres.

Ao Pedro, à minha Mãe e à Mariana,
por tudo.

À minha avó Carmita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Frederico Costa Pinto pela orientação e por toda a ajuda.

Ao Pedro, à minha Mãe, e à Mariana, pelo apoio incondicional, pela força que me deram, e pela paciência que tiveram. Sem o seu incentivo e boa disposição não tinha sido possível.

À minha tia Cristina, e ao Zé Pedro pela ajuda ao longo desta caminhada.

Às minhas amigas e companheiras de jornada: Carolina, Mara e Verena por serem as melhores companheiras para fazerem esta caminhada comigo, nos bons e nos maus momentos.

À equipa do CNIACC do ano de 2015/2016: ao Professor Jorge Morais Carvalho, ao Mestre Micael Martins, e ao Mestre João Pedro Ferreira obrigada por toda a disposição que sempre tiveram para me ajudar. Às minhas colegas Margarida, Rita, e Sara, obrigada pela partilha e compreensão ao longo deste percurso.

MODO DE CITAR E OUTRAS CONVENÇÕES

Por questões de economia, iremos utilizar abreviaturas ao longo do texto, e, além disso, um modo de citação abreviado nas notas de rodapé.

Em relação às abreviaturas, existe uma lista referente às mesmas no início desta dissertação.

Quanto às citações, na primeira referente a determinada obra, estarão presentes o nome do autor, o título do trabalho, o ano em que foi realizado, e as páginas consultadas. De seguida, a forma de fazer as referências bibliográficas será abreviada, apenas constará o nome do autor, seguido da determinação “op. Cit” e as páginas em causa. Além disso, utilizaremos a expressão “idem” seguida das páginas em causa, quando a obra é a mesma da nota anterior e apenas difere a página em causa, e a expressão “ibidem” quando a nota é igual à anterior.

Nas obras realizadas por mais do que três autores, apenas iremos referir o nome do primeiro, seguido de “et al.”.

Uma lista de indicações bibliográficas completas pode ser encontrada na parte final da presente dissertação.

ABREVIATURAS

Ac.	Acórdão
Acs.	Acórdãos
Al.	Alínea
Als.	Alíneas
APAV	Associação portuguesa de apoio à vítima
Art.	Artigo
Arts.	Artigos
Consult.	Consultado
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CPTED	<i>Crime prevention trough environmental design</i>
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSM	Conselho Superior da Magistratura
CSMP	Conselho Superior do Ministério Público
Dir.	Direção
DL	Decreto-Lei
Ed.	Edição
E.U.A	Estados Unidos da América
Gov	Governo
IDPCC	Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais
MP	Ministério Público
Nº	Número
P.	Página
Pp.	Páginas
PL	Proposta de Lei
R.U	Reino Unido
SMMP	Sindicato dos Magistrados do Ministério Público
Ss.	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
UC	Unidades de Conta
Vol.	Volume

RESUMO

A presente dissertação versa sobre o furto em estabelecimento comercial e a sua tipificação no Código Penal português. O presente texto foi dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo e análise do art. 207, n.º 2 do CP e à sua história. Iremos, por isso, acompanhar o seu caminho desde que era proposta de alteração legislativa, até à sua tipificação. A nossa meta, neste capítulo, é conhecer o que está em causa neste artigo.

O segundo capítulo centrar-se-á no comportamento associado ao furto em estabelecimento comercial. Recorremos a um breve estudo criminológico e de política criminal que nos servirá de referência.

Por fim, o último capítulo da presente dissertação versa sobre a solução legal, mas numa perspetiva mais crítica e menos histórica. É nosso objetivo partir dos princípios constitucionais do direito penal e sugerir uma solução que consideramos adequada para o problema do *shoplifting*.

Palavras-Chave: furto em estabelecimento comercial, alteração legislativa, artigo, criminologia, política criminal, prevenção situacional, mediação penal, reparação.

ABSTRACT

The present dissertation is about shoplifting and its article in the penal code. In order to do that, we will divide the present text in three chapters.

In the first chapter our goal is to study and analyze article 207°, nº 2 of CP and its history. We will go along its path since it was only a proposal to modify the law, until its present form. In this chapter we aim to know what is inside article 207°, nº 2.

In the second chapter we want to know about the behavior that constitutes shoplifting. To do so, we will use some references that we have collected in a brief criminological and criminal policy study.

In the last chapter of the present dissertation our goal is to look again to the legal solution, but this time with a more critical and less historical point of view. Besides, we aim to suggest an idea to solve the problem of *shoplifting*, regarding the constitutional and criminal principles.

Key-Words: *shoplifting, law proposal, article, criminology, criminal policy, situational crime prevention, penal mediation, reparation.*

INTRODUÇÃO

O furto em estabelecimento comercial¹ é um fenómeno global. O forte pendor consumista da sociedade nacional e internacional contribui para o seu aumento, tendo este, atualmente, um carácter massivo.

O *shoplifting*² é já bastante estudado a nível internacional, especialmente nos países anglo-saxónicos. Este estudo é realizado no âmbito de áreas tão diversas como a sociologia, o direito e até a medicina.

Apesar de ser um fenómeno global e antigo, o *shoplifting* está pouco estudado em Portugal, sobretudo de um prisma mais jurídico. No entanto, este fenómeno está tipificado no nosso Código Penal desde 2013.

Estamos perante um furto com características especiais. Basta pensar que, diferentemente do que ocorre com outros furtos, em que há uma pretensão de uso exclusivo do bem, aqui o agente tem o bem disponível e pode manuseá-lo e usá-lo dentro de certos limites³. Por exemplo, um consumidor que num estabelecimento de venda de roupa experimenta um bem, não está a furtá-lo, apesar de o manusear e utilizar durante um certo período de tempo.

A prática de furtos em estabelecimentos comerciais representa um problema, e, como tal, necessita de ser solucionada da melhor maneira possível.

Na presente dissertação pretendemos retratar algumas conclusões do estudo que efetuámos da interessante figura do furto em estabelecimento comercial e do atual art. 207º, nº 2 do CP. Iremos dividir o texto em três grandes capítulos: um primeiro sobre a solução legal patente no art. 207º, nº 2; um segundo que trata do comportamento associado ao furto em estabelecimento comercial; e um terceiro sobre aquela que consideramos ser a melhor solução para resolver o problema do *shoplifting*.

¹ Iremos utilizar a expressão “furto em estabelecimento comercial” e não “furto em supermercado” uma vez que é mais ampla, abrangendo vários tipos de estabelecimentos.

² A denominação “*shoplifting*” será usada como sinónimo de furto em estabelecimento comercial.

³ Pinto, Frederico Costa, Aula de Direito Penal Económico, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

O nosso objetivo final é conhecer o que está em causa no furto em estabelecimento comercial, e no tipo do art. 207º, nº 2, de modo a poder concluir de forma fundamentada sobre a melhor solução para o problema do *shoplifting*.

1-O FURTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL

1.1- Antecedentes históricos do furto em estabelecimentos comerciais: o furto formigueiro e o furto por necessidade

Já desde a idade média que, por influência do direito canónico, se reconhecia o agente do furto motivado pela fome, em caso de extrema penúria, como impune⁴.

Melo Freire, nas Instituições de Direito Criminal Português, dedicava um título da sua obra aos furtos. Na altura, sob a denominação de furto pequeno, o Professor explicitava que “Os pequenos ladrões (em português: formigueiros) que roubam coisas muito insignificantes, isto é, não excedendo os 400 réis, são impunemente tolerados no foro ou levemente punidos ao arbítrio do juiz”⁵.

Ainda antes de ser previsto o furto formigueiro e por necessidade, no código de 1886 estava previsto nos §§ 1 e 2 do 430º o furto campestre. Este tinha como objeto os frutos comidos no lugar, os rebuscados e os respigados⁶.

Até à reforma de 1995, e já desde 1966, que o CP português previa o furto por necessidade e formigueiro, previsão que, à partida, parece corresponder ao atualmente previsto no art. 207º, nº 2.

Em 1982 o CP previa no art. 302º⁷ (furto por necessidade e formigueiro) o seguinte:

«1. Quem, por necessidade, quando se não verifiquem os pressupostos do artigo 35º, subtrair coisa alheia de pequeno valor ou dela se apropriar

⁴ Leal-Henriques, Manuel de Oliveira/ Santos, Manuel José Carrilho de Simas, *Código penal: referências doutrinárias: indicações legislativas: resenha jurisprudencial*, 1995-1996, pp. 714, 715.

⁵ Freire, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Criminal Português* (tradução da 1.ª edição de 1794), 1966, p. 149.

⁶ Leal-Henriques, Manuel de Oliveira/ Santos, Manuel José Carrilho de Simas, *op. cit.*, pp. 714, 715.

⁷ Antes de 1982, o furto por necessidade e formigueiro estava previsto no artigo 201º: 1. Quem, por necessidade, quando se não verifiquem os pressupostos do artigo 36º, subtrair coisa alheia de pequeno valor ou dela se apropriar ilegítimamente, será punido com prisão até 45 dias ou multa até 10 dias, podendo ainda o agente ser isento de pena pelo tribunal. 2. O regime do número anterior terá lugar tratando-se de objetos comestíveis, bebidas ou produtos agrícolas em pequena quantidade e de pequeno valor, para utilização imediata pelo agente, seu cônjuge, parentes ou afins até ao 3º grau. 3. Em todos os casos deste artigo, o procedimento criminal depende de participação.

ilegitimamente, será punido com prisão até 45 dias ou multa até 20 dias, podendo ainda o agente ser isento de pena pelo tribunal.

2. O regime do número anterior aplicar-se-á tratando-se de objetos comestíveis, bebidas ou produtos agrícolas em pequena quantidade e de pequeno valor, para utilização imediata pelo agente, seu cônjuge, parentes ou afins até 3º grau.

3. Em todos os casos deste artigo, o procedimento criminal depende de queixa.»

O furto por necessidade e formigueiro visava situações em que, apesar de não se verificarem os pressupostos do direito e estado de necessidade, era necessário isentar o agente de pena, ou atenuá-la, devido à necessidade e ao valor da coisa em causa⁸. Havia, assim, uma culpa diminuída do agente, devido à proximidade com o direito e estado de necessidade, e uma baixa ilicitude objetiva devido ao reduzido valor⁹. Este furto era considerado como fazendo parte da “órbita” do estado de necessidade, complementando as disposições da parte geral sobre ele¹⁰.

Alguma doutrina defendia até que, no furto por necessidade e formigueiro, a intensidade da situação do agente era superior à do estado de necessidade desculpante, sendo que essa seria já suficiente para excluir o dolo¹¹.

Com a reforma de 1995, o art. 302º é eliminado. A justificação dada na altura é a de que a questão tratada no art. 302º tem solução na parte geral do CP, nas causas de exclusão da ilicitude¹².

Além disso, nasce o art. 207º, com as als. a) e b), artigo com alguma correspondência com o antigo art. 302º¹³, que vem fazer depender de acusação

⁸ Leal-Henriques, Manuel de Oliveira/ Santos, Manuel José Carrilho de Simas, *op. cit.*, p. 714, 715.

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ *Ibidem.*

¹¹ Barreiros, José António, *Crimes contra o património*, 1996, p. 72.

¹² Ministério da Justiça, *Código Penal: Actas e Projecto da Comissão de Revisão*, 1993, p. 327.

particular o furto formigueiro¹⁴. De seguida, transcrevemos o art. 207º tal como este singrou após a discussão sobre a alteração legislativa.

207º (acusação particular):

No caso do artigo 203º e do nº 1 do 205º o procedimento criminal depende de acusação particular se:

- a) O agente for cônjuge, ascendente, descendente, adoptante, adoptado, parente ou afim até ao 2º grau da vítima, ou com ela viver em condições análogas às dos cônjuges; ou
- b) A coisa furtada ou ilegítimamente apropriada for de valor diminuto e destinada a utilização imediata e indispensável à satisfação de uma necessidade do agente ou de outra pessoa mencionada na alínea a).

Ainda aquando da discussão da alteração de 1995, em 1993, é feita a ligação do preceito em causa com o furto em estabelecimento comercial. Olhando para a alínea b) do preceito que se estava a criar, alertou-se para o facto de, tendo em conta os furtos nos supermercados, esta dever ser um crime de natureza semi-pública e não particular, uma vez que esta última possibilidade levantaria dificuldades de aplicação¹⁵.

Figueiredo Dias também na altura se pronunciou quanto à ligação destes preceitos com o furto em estabelecimento comercial. Para este “o furto no supermercado não está assim especificamente previsto nem na Reforma nem no direito vigente, cabendo no domínio de aplicação do furto em geral”¹⁶.

¹³ Leal-Henriques, Manuel de Oliveira/ Santos, Manuel José Carrilho de Simas, *op. cit.*, p. 714, 715.

¹⁴ Ministério da Justiça, *op. cit.*, 1993, p. 327.

¹⁵ *Idem*, p. 508.

¹⁶ *Ibidem*.

Decidiu-se, assim, na altura, que o furto em estabelecimento comercial fosse tratado ao abrigo das normas gerais sobre o furto, e quanto à al. b) e à sua natureza, se mantivesse a natureza particular¹⁷.

Na altura, houve quem defendesse que o art. 207º veio, por justaposição, integrar os casos que, anteriormente, estavam referidos como furto por necessidade e formigueiro¹⁸.

Até 2013 o artigo 207º não sofreu alterações.

Na nossa opinião, o furto formigueiro e por necessidade é, assim, um antecessor histórico do art. 207º, nº 1 e não do 207º, nº 2. Consideramos, no entanto que o nº 2 do art. 207º está numa situação de especialidade face à al. b) do nº 1. Mais adiante focar-nos-emos na relação entre estes dois números.

Antes da alteração de 2013 existia uma divergência quanto ao tratamento que deveria ser dado ao *shoplifting*¹⁹.

Uma parte da doutrina defendia que o furto em estabelecimento comercial não deveria ser tratado como um furto. Primeiramente, porque o acesso aos bens é diferente do do furto tradicional. Depois, porque estaríamos perante um ato de rutura contratual e não perante uma subtração. Estaríamos, assim, perante um incumprimento contratual próximo do 220º (burla de serviço). Por outro lado, havia quem defendesse que estávamos perante um furto.

Com a alteração, o legislador veio reiterar que estamos perante um furto.

1.1.2- O processo legislativo na origem da reforma de 2013

A Lei nº 19/2013, de 21 de fevereiro introduziu algumas alterações ao Código Penal português, entre elas a referente ao atual art. 207º, nº 2. Esta

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Barreiros, José António, *op. cit.*, p. 72.

¹⁹ Pinto, Frederico Costa, Aula de Direito Penal Económico, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2015.

alteração legislativa teve origem na proposta de lei 75/XII (GOV) e estatuiu a natureza particular do crime de furto em estabelecimento comercial.

a) As diversas versões da proposta de lei

A primeira versão da proposta de lei acrescentava um nº 4 ao atual art. 203º, segundo o qual “O procedimento criminal depende de acusação particular quando a conduta prevista no nº 1 ocorrer em estabelecimento comercial aberto ao público, durante o período normal de funcionamento, relativamente à subtração de coisas móveis expostas e desde que tenha havido recuperação da coisa ilegitimamente apropriada ou reparação integral dos prejuízos causados, excepto no caso de concurso de duas ou mais pessoas”.

Esta não foi a versão que singrou, sendo que a alteração aprovada ao Código Penal passou a constar do art. 207º, nº 2, com o seguinte teor “No caso do artigo 203º, o procedimento criminal depende de acusação particular quando a conduta ocorrer em estabelecimento comercial, durante o período de abertura ao público, relativamente à subtração de coisas móveis expostas de valor diminuto e desde que tenha havido recuperação imediata destas, salvo quando cometida por duas ou mais pessoas.”

Existem algumas diferenças entre a primeira versão proposta e a final.

Em primeiro lugar, a localização do artigo. Este estava situado no nº 4 do 203º, e, depois, passou a fazer parte do artigo 207º, nº 2. Esta mudança acarretou, na nossa opinião, uma maior organização, e uma maior correção sistemática. Sendo o furto em estabelecimento comercial um crime em que é necessária a acusação particular, faz todo o sentido que se insira no 207º, artigo dedicado a isso mesmo.

Além disso, deixou de ser necessário, para que um ato fosse considerado furto, que este ocorresse em estabelecimento comercial aberto ao público e durante o período normal de funcionamento. Passou a estar apenas prevista a necessidade de este ocorrer durante o período de abertura ao público. Esta segunda fórmula é mais simples e menos dada a divergências de interpretação, nomeadamente quanto ao que se entende por período “normal” de funcionamento.

Foi acrescentado o requisito do valor diminuto na segunda versão. Na nossa opinião, fica assim garantido que este furto, e a consequente natureza particular do mesmo, apenas se aplicam perante montantes reduzidos. O Estado continua a querer intervir mais energicamente em furtos de valor mais significativo, através da natureza pública dos mesmos. O valor diminuto faz com que o nº 2 do 207º possa ser visto como especial em relação ao art. 207º, nº 1, b). Mais adiante retomaremos esta questão.

Deixou de ser necessária a exigência da recuperação da coisa ilegítimamente apropriada ou a reparação integral dos prejuízos causados. Passou a ser apenas prevista a recuperação imediata da coisa. Sendo afastada a necessidade de recuperação integral dos prejuízos causados, esta torna-se uma norma menos complexa de aplicar, não sendo necessário realizar cálculos para se aferir todos os prejuízos causados pelo agente. O facto de a recuperação ter de ser imediata ajuda a melhorar a certeza e a segurança jurídicas, uma vez que é definido um intervalo de tempo para a recuperação poder ocorrer.

Por fim, a expressão “excepto no concurso de duas ou mais pessoas”, foi substituída por “salvo quando cometida por duas ou mais pessoas”. A nosso ver, simplificou-se a letra da lei, evitando-se remissões para a complexa figura do concurso de crimes.

Importa agora ter em conta as justificações dadas nas exposições de motivos para esta alteração.

Começa-se pelo reconhecimento de que “a propriedade é um direito constitucionalmente reconhecido e a sua ofensa lesa um bem jurídico”²⁰. No entanto, cedo se afirma que nas situações em que as vítimas são estabelecimentos comerciais, e em que os produtos estão expostos, cabe ao proprietário tratar de uma vigilância adequada, sendo que a justiça penal constitui a última *ratio* e só deve ser chamada a intervir quando o ofendido deduza acusação ele próprio²¹.

Esta é a justificação fornecida para que, na primeira exposição de motivos perante a “restituição da coisa furtada ou reparação integral do prejuízo causado”, e na segunda perante a “recuperação imediata da coisa”²², o crime tenha natureza particular.

O que foi acima descrito constitui a pedra de toque desta alteração: “esta solução afigura-se ajustada ao princípio constitucional da mínima intervenção do direito penal, exigida pelo nº 2 do artigo 18º da Constituição da República Portuguesa.”²³

A exposição de motivos ressalva ainda que nas situações em que o furto seja cometido por duas ou mais pessoas, bastará a mera apresentação de queixa do ofendido²⁴, uma vez que existe uma “nítida exasperação de ilicitude e perigosidade”²⁵.

Esta proposta foi alvo de diversos pareceres que se pronunciaram sobre o crime de furto em estabelecimento comercial.

De seguida, de forma breve, iremos indicar algumas das opiniões formuladas nos mesmos.

Serão então os seguintes pareceres que vamos analisar: o do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o do Conselho Superior da Magistratura, o do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados, o do Conselho Superior do

²⁰ Proposta de lei nº 75/XII, 1ª versão, 2012, p. 2.

²¹ *Ibidem*.

²² Proposta de lei nº 75/XII, versão final, 2012, p. 3.

²³ Proposta de lei nº 75/XII, 1ª versão, *op. cit.*, p. 2.

²⁴ Proposta de lei nº 75/XII, versão final, *op. cit.*, p. 3.

²⁵ *Ibidem*.

Ministério Público, e o do Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais, pela mão de Maria Fernanda Palma. Atentaremos também sobre os escritos do magistrado António Latas, e de André Lamas Leite, ainda que posteriores à promulgação da lei.

b) A posição assumida pelo SMMP

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público pronuncia-se sobre a primeira versão da PL, e é bastante crítico da mesma.

Vamos referir, em primeiro lugar, críticas que tanto se podem aplicar à primeira como à segunda versão da proposta²⁶. O SMMP alerta para o facto de, devido ao facto de poder não compensar economicamente ao proprietário a acusação particular, a alteração poder implicar uma sensação de permissividade²⁷. Acrescenta que a nova natureza do crime de furto, que constitui uma descriminação substantiva por via de exigência de acusação particular, acarreta possíveis problemas a nível constitucional relacionados com o direito a uma tutela jurisdicional efetiva²⁸.

Quanto à primeira versão da proposta, em particular, existem algumas críticas que passamos a indicar.

O SMMP começa por criticar a escolha da expressão “recuperação”. Apela para as diferenças entre restituição (expressão referida na exposição de motivos) e recuperação (expressão da lei), sendo que, na primeira, é ao agente do furto que compete a ação, e, na segunda, não importa o modo como o objeto é recuperado²⁹. Além disso, atenta no facto de não ser necessário que o bem mantenha a sua integridade para que a recuperação tenha relevância na proposta

²⁶ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Parecer do SMMP, 2012, pp. 8 e 11.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, p. 12.

de lei³⁰. Uma vez que a recuperação implica apenas ter de volta a coisa, sem importar o estado da mesma, o agente é mais protegido que o ofendido³¹.

Na nossa opinião, exigir a restituição da coisa entregue pelo agente, e em boas condições, iria dificultar em demasia a aplicação do tipo, pelo que entendemos que a recuperação da mesma deve bastar para este operar.

É também criticado o facto de não ser referido o prazo da recuperação, o que implica que a mesma possa ocorrer em qualquer altura do processo e que a natureza do crime seja alterada em qualquer momento³².

A segunda versão da PL mantém a expressão “recuperação”, mas define até quando a mesma pode ocorrer, sendo que a recuperação tem de ser imediata³³.

Como já referimos anteriormente, esta definição temporal beneficia a certeza e segurança jurídicas.

De seguida, é criticada a expressão “recuperação da coisa ilegitimamente apropriada”. Esta está presente na primeira versão da PL, mas já não na segunda. O SMMP demonstrou preocupação com o facto de, sendo a coisa ilegitimamente subtraída, mas não apropriada, o comportamento fosse qualificado como tentativa apenas³⁴. Isto faria com que o furto fosse particular quando houvesse apropriação, e logo consumação, mas semipúblico quando houvesse tentativa³⁵. Este parecer sugere que a expressão “ilegitimamente apropriada” seja substituída por “ilegitimamente subtraída”, o que efetivamente ocorre na 2ª versão³⁶.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Código Penal*, art. 207º, nº 2.

³⁴ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, p.15.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Idem*, p. 16.

A fórmula legal acaba por ser simplificada, resolvendo-se esta dificuldade, exigindo apenas a “recuperação imediata”, e a “subtração de coisas móveis expostas”.

O parecer critica ainda o pressuposto, na exposição de motivos, de que a ilicitude e perigosidade são maiores quando o crime é cometido por mais de uma pessoa³⁷. Argumenta-se que a co-autoria e outras formas de comparticipação não devem determinar a natureza do crime, uma vez que o grau de ilicitude da conduta está já assegurado no art. 26º CP³⁸. Cada participante deve ser punido segundo a sua culpa, e não segundo a perigosidade e ilicitude da ação conjunta³⁹. A perigosidade e ilicitude são iguais, sendo apenas alterado o juízo de culpa.⁴⁰

É ainda criticada como sendo inédita a associação de uma opção de política criminal (que leva o legislador a atribuir a natureza do crime) a fatores relacionados com o juízo de ilicitude e perigosidade⁴¹. Quanto muito, a maior perigosidade poderia refletir-se como circunstância qualificadora, nos termos do art. 204º, sendo, nessa situação o crime semipúblico⁴².

O SMMP alerta, ainda, para o facto de se estar a conferir teor normativo ao artigo e, indiretamente, a criar um novo tipo de crime que pode colidir com as circunstâncias que qualificam o furto, nomeadamente a alínea h), e essencialmente a f) do 204º, nº 1⁴³.

c) Outras posições sobre a alteração legislativa

O Conselho Superior da Magistratura assume uma posição mais branda relativamente à alteração legislativa (a segunda versão) no seu parecer. Este

³⁷ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, p. 16, 17 e 18.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Idem*, p. 18.

⁴² *Idem*, pp. 16 e 17.

⁴³ *Idem*, pp. 19, 20, e 21.

começa por concordar com a alteração: havendo recuperação do bem, a perseguição criminal terá de ser pensada de acordo com o art. 18º, nº 2 da CRP⁴⁴.

Acrecenta-se apenas que “além da circunstância em que tenha havido recuperação da coisa subtraída, deveria ser igualmente incluída a circunstância em que tenha havido reparação integral dos prejuízos causados”⁴⁵. Outros autores também defendem esta solução, uma vez que, a nível político criminal, são situações idênticas quanto à “compensação” do lesado⁴⁶.

O Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogados também se pronuncia sobre a alteração legislativa em causa (a primeira versão). Neste parecer não se levantam, em geral, objeções à alteração. No entanto, alerta-se para o facto de a alteração da natureza do crime implicar a não possibilidade de processo sumário, o que pode ser um entrave à promoção do processo⁴⁷.

O parecer do Conselho Superior do Ministério Público começa por descrever algumas alterações consideradas como melhoras em relação ao projeto inicial: a inserção no artigo 207º, o limite ao valor dos bens, e a existência de um limite temporal para recuperar a coisa, entre outros⁴⁸.

Apesar de se reconhecer que estamos perante uma “bagatela” penal, e que, por isso, não devem ser usados altos recursos para as punir, a alteração da natureza do crime é criticada⁴⁹.

É também sublinhado o facto de não ser possível a detenção em flagrante delito, o que acarreta mais burocracia para se iniciar o processo, e mais lentidão na realização da justiça, podendo provocar no agente um sentimento de

⁴⁴ Parecer do CSM, 2012, p. 6.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Leite, André Lamas, *Penas acessórias, questões de género, de violência doméstica e o tratamento jurídico-criminal dos Shoplifters*, 2014, p. 71.

⁴⁷ Parecer do GEOA, 2012, p. 1.

⁴⁸ Parecer do CSMP, 2012, p. 9.

⁴⁹ *Ibidem*.

impunidade⁵⁰. Isto, pois se o ofendido não se constituir como assistente, quem pratica a ofensa poderá ser apenas obrigado a devolver o bem. A justiça torna-se mais lenta e menos credível⁵¹.

Por fim, afirma-se que a burocracia e os encargos a que o ofendido fica sujeito poderão gerar situações de desigualdade entre estabelecimentos que não têm a mesma capacidade económica⁵².

O IDPCC, pela mão de Maria Fernanda Palma, também se pronunciou sobre a proposta de lei. Começa por ressaltar que a proposta não visa a alteração dos princípios básicos, bases e objetivos do direito penal, mas apenas o melhoramento do sistema (maior eficácia e rapidez) e mesmo da compreensão do mesmo pelos destinatários⁵³.

Critica também a inexistência de “elementos empíricos que demonstrem (...) quais são os pontos de tensão e de dificuldade no funcionamento do sistema penal”⁵⁴. É, assim, aceite a alteração da natureza do crime do 207º, nº 2, apesar de a mesma não estar baseada numa ideia firme de política criminal⁵⁵.

São também adiantadas reservas quanto à possibilidade de a privatização implicar que os ofendidos passem a “preferir” uma justiça privada e não estatal⁵⁶.

Já após a entrada em vigor da Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, António Latas pronunciou-se quanto à mesma. Segundo o autor, a ideia é afastar as pequenas lesões do património da justiça penal para não a sobrecarregar⁵⁷.

⁵⁰ *Idem*, p. 9 e 10

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² *Idem*, p. 11.

⁵³ Palma, Maria Fernanda, *Análise das propostas de alteração legislativa em matéria penal e processual penal*, parecer do IDPCC, 2012, p. 1.

⁵⁴ *Idem*, p. 3.

⁵⁵ *Idem*, p. 4

⁵⁶ Palma, Maria Fernanda, *op. cit.*, p. 5.

André Lamas Leite refere também que o legislador tratou o problema de uma forma pouco trabalhada a nível dogmático, e político criminal, tendo falta de coragem política para enfrentar o problema da criminalidade patrimonial bagatelar⁵⁸.

Foi também criticado o facto de, na exposição de motivos, se referir que a opção de expôr os produtos influencia a técnica legislativa, uma vez que podemos estar aqui perante um raciocínio semelhante ao da culpa do lesado do direito civil⁵⁹. Concordamos com esta afirmação, pois não deve recair sobre a vítima a segurança dos produtos expostos.

Em relação à natureza do crime, à bondade dessa decisão legislativa, iremos pronunciar-nos mais adiante, no terceiro capítulo, por razões de organização.

Concordamos com Maria Fernanda Palma e André Lamas Leite quanto ao facto de não estar explícito na exposição de motivos quais os problemas que se pretendem resolver, e qual a linha de política criminal que se pretende evidenciar com esta opção.

1.3- A solução acolhida em 2013: aproximação à tipicidade do furto em estabelecimentos comerciais

Pretendemos, neste ponto da nossa dissertação, efetuar uma sucinta análise ao tipo do artigo 207º, nº 2. Assim, por questões de organização e de gestão, apenas nos pronunciaremos sobre o bem jurídico em causa, o tipo objetivo e o tipo subjetivo. De ressaltar, no entanto, que, mesmo nesses campos, a nossa análise não poderá, nem pretenderá, ser exaustiva.

⁵⁷ Latas, António, As alterações do Código Penal introduzidas pela Lei n.19/2013, de 21 de fevereiro, 2014, p. 83.

⁵⁸ Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 77.

⁵⁹ *Idem*, p. 76.

Focar-nos-emos no que seja diferente do que está presente no artigo 203º, uma vez que o 207º, nº 2 constitui uma norma especial em relação ao mesmo, e também nos aspetos mais relevantes que sejam comuns a ambas as incriminações. O furto em estabelecimento comercial é um tipo de furto, pelo que terá sempre semelhanças com o tipo “mãe” e com as outras espécies de furtos.

a) O bem jurídico em causa

A análise do bem jurídico em causa num determinado tipo legal é sempre influenciada pela conceção que tenhamos de bem jurídico. Será, então, importante, explicitar qual adotamos.

Adotamos a conceção personalista do bem jurídico⁶⁰, e concordamos com Frederico da Costa Pinto quando afirma que o sistema penal deve prosseguir uma proteção funcional dos bens afetos a esferas jurídicas individuais, uma vez que a dignidade da pessoa humana é peça central⁶¹.

Importa, assim, para esta conceção, a relação entre o detentor da coisa e a coisa em si, ou seja, a possibilidade de usufruir da mesma⁶².

Cabe agora olhar para o bem jurídico em causa no crime de furto em estabelecimento comercial.

As normas que impendem sobre valores patrimoniais tutelam os mesmos como valores em si mesmos, mas funcionais à dignidade da pessoa humana, valor central do nosso ordenamento jurídico, sendo que esta aceção dá às vítimas um papel central⁶³.

⁶⁰ Beleza, Teresa Pizarro/ Pinto, Frederico Costa, *A tutela penal do património após a revisão do Código Penal de 1995*, 1998, p. 7.

⁶¹ *Idem*, p. 7 e 8.

⁶² Dias, Jorge de Figueiredo (dir.), *Comentário conimbricense do Código Penal, Parte Especial, tomo II (artigos 202º a 307º)*, 1999, pp. 30 a 32.

⁶³ Beleza, Teresa Pizarro/ Pinto, Frederico Costa, *op. cit.*, pp. 9 a 11.

O art. 207º, nº 2 inclui-se no título II do CP intitulado “dos crimes contra o património”. Importa, neste momento, perceber em que consiste o “património”.

Segundo Teresa Beleza, apesar de no direito civil “património” se reportar a bens e direitos convertíveis em dinheiro, no que toca aos crimes contra a propriedade, esta defende que algo sem valor pode ser objeto da ação⁶⁴.

José de Faria Costa defende também uma noção de património própria do direito penal⁶⁵. Esta parte de Mantovani e afirma que “património é o complexo de relações jurídicas encabeçadas por um sujeito que tem por objecto último coisas dotadas de *utilidade*, isto é, de capacidade de satisfazer necessidades humanas, *materiais* ou *espirituais*”⁶⁶.

Adotamos uma perspetiva jurídico-económica do conceito de património, sendo este constituído por relações comerciais que são situações económicas e que não são incompatíveis com o direito.

No 207º, nº 2 as coisas têm sempre algum valor, só que este é diminuto. De facto, não estão à venda em estabelecimentos comerciais coisas sem valor. Para se aplicar este artigo a coisa tem de possuir valor, mas diminuto.

No caso do nº 2 do art. 207º, e do furto em geral, está em causa, além do património, a propriedade. Paulo Pinto de Albuquerque afirma que a propriedade é o bem jurídico em causa no 203º, incluindo a posse e a detenção legítimas, o poder de disposição sobre a coisa e a fruição das utilidades da mesma⁶⁷.

Assim, é a relação entre a pessoa e o seu património, e com a propriedade, em especial, que está em causa no 207º, nº 2.

O bem jurídico em causa é a propriedade, na vertente relacional com o detentor da coisa. Estão incluídos neste conceito de bem jurídico não só a propriedade, mas os direitos reais menores nela incluídos.

⁶⁴ *Idem*, pp. 47, e 51.

⁶⁵ Dias, Jorge de Figueiredo (dir.), *op. cit.*, p. 29.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ Albuquerque, Paulo Pinto de, *Comentário do código penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2015, p. 793.

b) O Tipo objetivo

Para se verificar o preenchimento do tipo é objetivamente necessário cumprir cumulativamente alguns requisitos (iremos utilizar a sistemática de António Latas⁶⁸):

a) é preciso “a conduta ocorrer em estabelecimento comercial, durante o período de abertura ao público”⁶⁹:

Em primeiro lugar, o comportamento tem de ocorrer num estabelecimento comercial. Este elemento espacial é muito importante e dá nome ao crime em causa.

Existem muitos tipos de estabelecimento comercial. “O estabelecimento comercial envolve um conceito normativo, cuja identidade se revela através da funcionalidade económica e destino comercial, industrial ou agrícola, de prestação de serviço, ou outro fim empresarial lícito como objecto negocial de livre circulabilidade como individualidade de direito, e diferente da soma atomística das partes dos seus valores componentes”⁷⁰.

É necessário que o crime ocorra durante o período de abertura ao público, para se demarcar o modelo de comércio em causa, que implica que o comprador tenha acesso direto aos bens expostos⁷¹. No entanto se, por exemplo, o ato for praticado fora do horário, mas com o atendimento ao público ainda a decorrer, ou se alguém entrar na loja dentro do horário, mas praticar o ato fora do mesmo, o tipo preenche-se à mesma⁷².

b) “relativamente à subtração de coisas móveis expostas de valor diminuto”⁷³:

⁶⁸ Latas, António, *op. cit.*, p. 84 e ss.

⁶⁹ *Código Penal*, art. 207º, nº 2.

⁷⁰ Acórdão do STJ, de 05/07/2001.

⁷¹ Latas, António, *op. cit.*, p. 84.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Código Penal*, art. 207º, nº 2.

Quanto ao conceito de subtração, será utilizado o referido a propósito do art. 203º. A subtração é, assim, a conduta que implica o fim do domínio de facto do precedente detentor/possuidor sobre a coisa⁷⁴. Cabe apenas acrescentar que “o comportamento de subtração é de realização livre”⁷⁵. Não importa, assim, o modo como o agente realiza a subtração. Pode fazê-lo colocando o bem dentro de um saco, ou escondendo o bem dentro das suas roupas, por exemplo.

Concordamos com o facto de não ser necessário consumir o crime, e subtrair a coisa efetivamente, para que o tipo se preencha, o que ocorre nas situações de tentativa em que foram praticados outros atos de execução, nos termos do 22º CP⁷⁶.

Nem faria sentido, a nível político criminal, que o crime tentado apresentasse natureza semipública porque não houve subtração, tendo o crime consumado natureza particular por ter havido subtração e recuperação da coisa⁷⁷.

É “coisa” tudo o que pode ser objeto de relações jurídicas⁷⁸.

Em relação à mobilidade da coisa, concordamos que o facto de uma coisa poder ser deslocada espacialmente a torna móvel⁷⁹. Assim, “toda a coisa (corpórea ou incorpórea) que tem existência física autónoma quantificável e pode ser fruída ou utilizada por uma pessoa” é móvel⁸⁰.

É necessário que a coisa esteja exposta, ou seja, tem de haver possibilidade de o cliente a agarrar de forma livre, pelo que quando esta não

⁷⁴ Dias, Jorge de Figueiredo (dir.), *op. cit.*, p. 44.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ Latas, António, *op. cit.*, p. 86.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Actas das sessões da comissão revisora, parte especial*, 1979, *apud*, Garcia, M. Miguez/ Rio, J. M. Castela, *Código penal: parte geral e especial: com notas e comentários*, 2014, p. 874.

⁷⁹ Dias, Jorge de Figueiredo (dir.), *op. cit.*, p. 41.

⁸⁰ Albuquerque, Paulo Pinto de, *op. cit.*, p. 794.

esteja acessível ao público, seja por estar guardada, ou protegida, o tipo não se preenche⁸¹.

O valor diminuto vem definido no art. 202º, al. c) do CP, pelo que está previamente determinado (102,00 €). Não poderá, assim, existir crime de furto em estabelecimento comercial quando haja lugar à qualificação do crime devido ao valor da coisa, nos termos do art. 204º, nº 4 CP⁸².

c) “desde que tenha havido recuperação imediata destas”⁸³:

No fundo, estamos perante uma situação em que o património não é lesado, uma vez que há reintegração da coisa no circuito comercial⁸⁴. O modo como ocorreu a recuperação não importa, e o facto de ser necessária uma pequena operação de embalagem não afasta esta situação⁸⁵. Já o momento da recuperação tem importância, pois garante certeza e segurança jurídicas, sendo que a mesma deverá ser total⁸⁶.

d) “salvo quando cometido por duas ou mais pessoas”⁸⁷:

Na exposição de motivos, a justificação deste requisito negativo baseia-se no facto de, nestas situações, existir uma exasperação ao nível da ilicitude e da perigosidade, pelo que o Estado intervém justificadamente, de uma forma mais enérgica, bastando a mera apresentação de queixa⁸⁸.

António Latas concorda, argumentando que, nestas situações, há um maior “perigo de efetiva lesão do bem jurídico tutelado e outros, inclusive de natureza pessoal, não só pela maior capacidade de ação, mas também porque, pelo menos

⁸¹ Latas, António, *op. cit.*, p. 84.

⁸² *Idem*, p. 85.

⁸³ *Código Penal*, art. 207º, nº 2.

⁸⁴ Latas, António, *op. cit.*, p. 85.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 71.

⁸⁷ *Código Penal*, art. 207º, nº 2.

⁸⁸ Proposta de lei nº 75/XII, 1ª versão, *op. cit.*, p. 2.

em certas constelações factuais, a atuação plural dificulta a deteção do crime, a punição dos responsáveis e a própria recuperação da coisa.”⁸⁹

O SMMP critica este pressuposto, objetando que a perigosidade e ilicitude mantêm-se, sendo apenas alterado o juízo de culpa.

Na nossa opinião, o art. 207º, nº 2 foi criado para furtos de pequena gravidade, estando esta gravidade dependente do valor diminuto da coisa, do contexto do furto, (...) e do modo de realizar o mesmo⁹⁰. Além do mais, concordamos com António Latas, quando afirma que o preceito não deve ser interpretado no sentido de ser exigida “a comparticipação criminosa de todos os intervenientes na subtração da coisa, seja sob a forma de coautoria seja de cumplicidade”⁹¹. Pode dar-se até o caso de, apesar de a subtração ser levada a cabo por mais de uma pessoa, apenas uma poder ser responsabilizada criminalmente, o que afasta a aplicação do preceito⁹².

Em conclusão, podemos afirmar que “Fora desta previsão, revestindo natureza semi-pública ou pública, ficam os casos em que o furto é praticado após o encerramento do estabelecimento, em que a coisa furtada não está exposta, mas guardada ou protegida, não possui valor diminuto, não tenha sido imediatamente recuperada, ou em que se tenha verificado o concurso de duas ou mais pessoas. De fora ficam também aqueles casos em que, concorrendo todos os requisitos da proposta de lei, o facto corresponde, porém, a um ilícito patrimonial distinto do furto.”⁹³

Cabe agora classificar, de forma sucinta, o furto em estabelecimento comercial.

Este é um crime de ação. Quanto ao agente, estamos perante um crime comum, uma vez que pode ser cometido por qualquer pessoa. No que toca à

⁸⁹ Latas, António, *op. cit.*, p. 87.

⁹⁰ Dias, Augusto Silva, A proposta de alteração do código penal sobre o furto em estabelecimentos comerciais, 2013, p. 5.

⁹¹ Latas, António, *op. cit.*, p. 87.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, pp. 1 e 2.

relação entre a conduta típica e o bem protegido, este é um crime de dano, uma vez que a consumação exige a efetiva lesão do bem jurídico. Quanto à relação entre a conduta típica e o objeto da conduta, o furto em estabelecimento comercial é um crime de resultado cortado, pois o resultado querido pelo agente, que é a apropriação da coisa, ultrapassa a ação típica.

c) O Tipo Subjetivo

Este é um crime doloso, tal como o art. 203º, não se verificando, neste aspeto, diferenças em relação ao tipo matricular. Tal como no art. 203º, tem de existir uma ilegítima intenção de apropriação⁹⁴.

1.4- Síntese: existe um crime de furto em estabelecimento comercial?

O furto em estabelecimento comercial deriva de uma alteração legislativa polémica.

Após análise da sua evolução, e de uma aproximação à sua tipicidade, podemos dizer que o artigo 207º, no geral, representa uma especialidade em relação ao artigo 203º, e visa acautelar situações particulares. Existem, por isso, semelhanças entre os tipos. O bem jurídico é o mesmo, o tipo subjetivo é idêntico, mas o tipo objetivo encerra algumas especificidades.

Este novo tipo retira certas situações do âmbito do 203º e do 207, nº 1, b), sendo a especialidade da especialidade.

Para se aplicar o 207, nº 1, b) é necessário que a coisa tenha valor diminuto e que vise suprir necessidades do agente e/ou de um familiar⁹⁵. Para ter aplicação o 207º, nº 2 é necessário que o furto seja realizado em estabelecimento comercial, em horário de abertura ao público, que tenha sido furtada coisa

⁹⁴ Dias, Jorge de Figueiredo (dir.), *op. cit.*, p. 46.

⁹⁵ Sobre este último requisito consultar o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 19/9/2008. Sobre os requisitos do 207º, nº1, b), em geral, ver o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 26/4/2006.

exposta de valor diminuto, por uma só pessoa, e com recuperação imediata da mesma.

Concordamos, com Augusto Silva Dias, que a al. b) do nº 1 do art. 207º é norma geral em relação ao nº 2 do art. 207º, abrangendo a al. b) do nº 1 um maior número de situações de furto e sendo aplicável a outros crimes patrimoniais⁹⁶.

Nenhum dos requisitos adicionais do nº 2 do art. 207º, que é mais específico, excepciona o abrangente 207º, nº 1, b)⁹⁷. A imediata recuperação não consta da al. b) nem a afasta. Tanto a detenção em flagrante delito, como as situações de apropriação pacífica da coisa cabem na al. b). O cometimento do crime por mais de uma pessoa afasta a al. b). Tanto as situações de bando, em que é automaticamente afastado o 203º, e consequentemente, o 207º, nº 1, como as situações análogas às de um bando, não são cobertas pelo 207, nº 1, b), que se destina a situações de pequena gravidade⁹⁸.

Assim, um furto realizado num estabelecimento comercial, durante o horário de abertura ao público onde tenha sido furtada coisa exposta de valor diminuto, destinada à satisfação de necessidade do agente ou de familiares, por uma só pessoa, e com recuperação imediata, pode ser qualificado nos termos do 207º, nº 1, b), ou do 207, nº 2.

⁹⁶ Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, pp. 5 e 6.

⁹⁷ *Idem*, p. 4.

⁹⁸ *Idem*, pp. 4 e 5.

2- ESTUDO CRIMINOLÓGICO E DE POLÍTICA CRIMINAL: A REALIDADE DO FURTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL

Deter-nos-emos, no presente capítulo, sobre algumas conclusões retiradas do estudo da figura do furto em estabelecimento comercial.

A relação entre o direito, a criminologia e a política criminal é, há muito, conhecida. V. List criou a expressão “ciência global do direito penal” para abarcar este conjunto de disciplinas⁹⁹. Nesta altura, o direito penal era tido como a ciência mais importante das três, sendo que a criminologia e a política criminal eram vistas como ciências auxiliares da dogmática penal¹⁰⁰. A criminologia incidiria sobre a investigação dos motivos para cometer um crime, e a política criminal teria em conta o melhoramento e racionalização dos planos de repressão e prevenção do crime¹⁰¹.

Hoje, a criminologia e a política criminal expandiram a sua influência e não são tidas como ciências que estejam abaixo do direito penal. São três ciências distintas, cada uma com o seu objeto, mas continua a existir uma unidade funcional entre as três, e todas se constituem importantes para a política legislativa¹⁰². Quanto à criminologia, “é hoje manifesta a permeabilização da dogmática jurídico-penal aos resultados e às sugestões da criminologia (...)”¹⁰³. Em relação à política criminal, esta é responsável por traçar os limites últimos do punível; competindo à dogmática jurídico-penal a identificação do comportamento punível dentro dos limites traçados¹⁰⁴.

Quanto à relação entre a criminologia e a política criminal, estamos de acordo com Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade, quando afirmam que a criminologia é mais marcada por realizações do plano empírico, e a política criminal está mais virada para a axiologia, ou seja: a criminologia parte do que é

⁹⁹ Dias, Jorge de Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*, 1997, p. 93.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 94.

¹⁰¹ *Idem*, p. 105.

¹⁰² *Idem*, p. 96.

¹⁰³ *Idem*, p. 102.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 106.

para chegar ao que deve ser, e a política criminal parte do que deve ser para transformar o que é¹⁰⁵.

Não é nossa intenção realizar um estudo aprofundado sobre o papel da criminologia e da política criminal. Pretendemos partir destas disciplinas e de estudos realizados no âmbito das mesmas, para poder chegar a conclusões sobre o furto em estabelecimento comercial, através de uma revisão bibliográfica.

Os textos e estudos que analisámos, e que iremos utilizar para caracterizar o furto em estabelecimento comercial não são apenas de autores portugueses. Assim, ao longo do texto, e consoante os autores citados, podemos estar perante uma caracterização do crime nos E.U.A, num dos países do R.U, ou em Portugal. Não partimos do pressuposto que a caracterização feita num determinado país se aplique automaticamente a outro. Aquilo que procurámos fazer foi uma caracterização geral, com o máximo de informação e de fontes que nos foi possível encontrar.

2.1- Breves notas sobre o furto em estabelecimento comercial

2.1.1- O furto em estabelecimento comercial e o setor de vendas

Em primeiro lugar, é importante situar o furto como um problema do setor do comércio.

Este é um dos principais problemas do setor das vendas, que acarreta prejuízos e constantes gastos em meios de segurança e prevenção, sendo, no entanto, um fenómeno difícil de medir e quantificar, devido à sua baixa visibilidade, o que leva à existência de grandes cifras negras nas estatísticas oficiais¹⁰⁶.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 112, 113.

¹⁰⁶ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *Questões de segurança em superfícies comerciais, estado da arte criminológica*, 2012, p. 249.

Esta dificuldade de medição e quantificação de forma exata da natureza e extensão do *shoplifting* é global, constitui um grande entrave ao seu estudo, e pode ocorrer por várias razões¹⁰⁷.

Em primeiro lugar, existe uma grande dispersão do fenómeno e uma baixa visibilidade do mesmo (são crimes dificilmente testemunhados), o que faz com que os dados relativos surjam de forma indireta¹⁰⁸. Tendo em conta esta situação poderíamos olhar para as estatísticas das instâncias formais, mas esta é uma fonte de medição pouco rigorosa, segundo alguns autores¹⁰⁹. Também os gerentes e os donos dos estabelecimentos optam, muitas vezes, por não participar o furto à polícia¹¹⁰, a fim de evitar um acréscimo de trabalho dos colaboradores e afastar uma possível má reputação¹¹¹.

Para compensar as falhas das estatísticas das instâncias formais é necessário recorrer a outras fontes, tais como inquéritos a trabalhadores e clientes, consultas de bases de dados das lojas, inquéritos de delinquência auto-revelada¹¹².

No que respeita aos estabelecimentos comerciais tradicionais, de rua, a criminalidade é apontada como um dos problemas mais graves, juntamente com a falta de estacionamento e a segurança¹¹³.

O *shoplifting* é a maior fonte de perdas do setor das vendas¹¹⁴. Mesmo não ocorrendo subtração do bem, a tentativa produz muitas vezes “danos” nos

¹⁰⁷ Farrington, David P., et. al, An experiment on the prevention of shoplifting, 1993, p. 97.

¹⁰⁸ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, p. 252.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Segundo Weinstein, G. W., The truth about teenage shoplifting, 1974, *apud* McNees, M. Patrick, et. al, Shoplifting prevention: providing information through signs, 1976, p.399, se todas as ocorrências de shoplifting fossem denunciadas, este seria o maior crime dos Estados Unidos da América.

¹¹¹ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, p. 252.

¹¹² *Idem*, pp. 252, 253.

¹¹³ Barómetro APAV Intercampus, Vitimação de Estabelecimentos Comerciais, 2013, p. 9.

¹¹⁴ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, Questões de segurança em superfícies comerciais, estado da arte criminológica, 2012, p. 250.

artigos¹¹⁵. A frequência deste crime implica ainda que se aumente a segurança dos produtos expostos e, conseqüentemente, o valor gasto na mesma¹¹⁶.

Este é um crime que é muito comum. Segundo alguma literatura estrangeira, várias razões poderão estar na sua origem. Em primeiro lugar, a incerteza de uma consequência perante a descoberta dos agentes, uma vez que a maior parte nem são detetados quando praticam o crime¹¹⁷. Além disso, o crime é visto como tendo uma baixa danosidade por parte dos agentes, e não só, tanto a nível monetário, como a nível social. Para isso contribui o facto de ser muitas vezes percecionado como um crime sem vítima¹¹⁸ e de ser associado a situações de necessidade do agente. O *shoplifting* é frequentemente visto como um crime insignificante e a recente crise também poderá ter contribuído para o aumento de ocorrências.

Segundo um estudo português, 56% dos furtos realizados em estabelecimentos comerciais tradicionais não foram participados às autoridades, sendo que desses, 77,8% não o foram devido ao facto de o furto ter tido pouca importância¹¹⁹, e 18,5% devido ao facto de implicar um acréscimo de trabalho e despesas¹²⁰. Os retalhistas independentes estão particularmente vulneráveis ao crime, pois têm menos recursos para investir na sua prevenção, tanto a nível monetário, como temporal¹²¹. Além disso, não podemos esquecer que os estabelecimentos mais pequenos que se encontram em bairros pequenos muitas vezes não denunciam a situação por medo de retaliações¹²². Por fim, o receio de

¹¹⁵ Ramos, Óscar, O furto em espaços comerciais: contributos para a compreensão das dinâmicas do crime e da prevenção no contexto, 2012, p. 100.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 219; Mc Nees, et. al, *op. cit.*, 1976, pp. 399-400.

¹¹⁸ Egan, Vincent/ Taylor, David, *Shoplifting, unethical consumer behavior, and personality*, 2010, p. 882.

¹¹⁹ Barómetro APAV, Intercampus, *op. cit.*, p. 10; Importa ressaltar que os resultados do estudo verificado se reportam a várias ocorrências e não só ao furto em estabelecimento comercial. Por exemplo: injúrias, ameaças, vandalismo, danos. Este estudo não é, assim, exclusivo da realidade do furto em estabelecimento comercial, e esta informação aplica-se às futuras referências ao mesmo.

¹²⁰ Barómetro APAV, Intercampus, *op. cit.*, p. 20.

¹²¹ Press, Mike/ Erol, Rosie/ Cooper, Rachel, *Off the shelf design and retail crime*, 2001, p. 42.

¹²² Clarke, Ronald V., *Shoplifting*, 2003, p. 2.

que o seu estabelecimento ganhe reputação associada aos eventos de *shoplifting* também pode demover os seus proprietários de denunciar os crimes¹²³.

Dos 44% dos casos participados à polícia 61,9% dos casos foram arquivados, e olhando para a forma como as autoridades trataram o caso, e para os resultados obtidos, 86% das pessoas voltaria a participar às autoridades o crime de que foi vítima¹²⁴.

Este é um crime que tranforma os consumidores em vítimas indiretas, uma vez que perante um grande número de furtos, o preço dos produtos poderá subir¹²⁵. Assim, como refere Michele Tonglet, não são só os retalhistas que constituem as vítimas destes crimes, mas também os consumidores, tanto pelos preços que podem ser elevados para compensar os custos, como pelo aumento da segurança, que pode afetar de forma negativa a experiência dos consumidores¹²⁶.

2.1.2- A distribuição do fenómeno

A distribuição do fenómeno do *shoplifting* não é homogénea. Esta depende de vários fatores: não só individuais, mas também contextuais.

Por exemplo, as oportunidades criminais existentes em certas superfícies podem aumentar o número de crimes nesse sítio, uma vez que as lojas condicionam o seu ambiente e atmosfera com vista a aumentar as vendas, o que aumenta também as ocasiões de furto¹²⁷. As teorias criminológicas das oportunidades defendem que quando os contextos proporcionam oportunidades para a ocorrência de furtos, os potenciais agentes aproveitam as situações em causa¹²⁸.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ Barómetro APAV, Intercampus, *op. cit.*, p. 19.

¹²⁵ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, p. 251.

¹²⁶ Tonglet, Michele, Consumer misbehavior: An exploratory study of shoplifting, 2002, p. 336.

¹²⁷ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, pp. 253, 255.

¹²⁸ *Idem*, p. 256.

Importa assim ter em conta que as oportunidades têm um papel muito importante na atividade criminosa, e que estas não se distribuem igualmente por todos os momentos e sítios¹²⁹. Um crime gera conveniência para outro, alguns produtos oferecem mais oportunidades para os crimes que outros (tendo em conta a sua atratividade e desejabilidade); e as mudanças sociais e tecnológicas podem dar azo a novos ensejos criminais¹³⁰.

A teoria das oportunidades criminais está relacionada com a teoria da escolha racional. Esta foca-se no facto de o delito ser um comportamento intencional que resulta de um processo de tomada de decisão tendo em vista o benefício do agente, sendo que o agente analisa os custos e os benefícios da sua ação, decidindo em conformidade¹³¹.

Importa também referir a teoria das atividades de rotina. Esta teoria parte do pressuposto da racionalidade dos sujeitos e adiciona as variáveis contextuais. Para haver um crime é, assim, necessário que exista um encontro entre um possível agente e um ambiente propício à atividade criminosa, ou seja, que um possível ofensor encontre um alvo atraente, perante a ausência de mecanismos de proteção¹³².

Os *crime generators* (zonas que atraem muitas pessoas que não têm uma intenção criminal prévia) e os *crime attractors* (sítios que atraem ofensores motivados, devido à existência de oportunidades criminais) podem aumentar a ocorrência de crimes¹³³.

Para além do que foi dito, existem outros fatores que contribuem para o facto de a distribuição de crimes não ser uniforme.

Para alguma literatura, o principal fator que determina a quantidade de *shoplifting* num determinado estabelecimento é o tipo de bens vendidos, sendo que, por exemplo, as lojas de móveis têm uma menor taxa de *shoplifting* que as

¹²⁹ *Idem*, pp. 256, 257.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Idem*, p. 258.

¹³² *Idem*, p. 259.

¹³³ *Idem*, p. 253.

lojas de conveniência¹³⁴, e que as lojas de variedade, e as de grande dimensão são as mais atingidas¹³⁵. Segundo Ronald Clarke, os produtos mais desejados correspondem ao acrónimo CRAVED. São: *concealable* (escamoteáveis), *removable* (removíveis), *available* (disponíveis), *valuable* (valiosos), *enjoyable* (aprazíveis), and *disposable* (descartáveis)¹³⁶.

Para alguns autores estrangeiros é mais provável o *shoplifting* ocorrer em estabelecimentos localizados nos centros das cidades, ou em locais movimentados, com um número elevado de consumidores não habituais; perto de escolas; e em áreas menos privilegiadas, povoadas por cidadãos com menos possibilidades¹³⁷. Além disso, os estabelecimentos que têm entrada e saída diretamente para a rua estão mais permeáveis aos riscos do furto em estabelecimento comercial do que os que estão inseridos em centros comerciais, devido à existência de maiores oportunidades de fuga¹³⁸.

Em relação à distribuição temporal, o furto ocorre mais no período que antecede o Natal, a Páscoa, e nas férias de verão¹³⁹. É ainda possível dizer que há menos furtos durante o período da manhã (até ao meio-dia), e entre as 14 e as 15 horas¹⁴⁰.

Pelo que foi dito, concordamos com Óscar Ramos e Carla Cardoso quando afirmam que existem vários fatores que influenciam a quantidade de furtos: o tempo, o espaço, o tipo de produtos que se vende, o tipo de loja, os indivíduos e as oportunidades criminais existentes¹⁴¹.

¹³⁴ Clarke, Ronald V., *op. cit.*, p. 5.

¹³⁵ Ramos, Óscar/ Cardoso, *op. cit.*, p. 254.

¹³⁶ Clarke, Ronald V., *op. cit.*, p. 6.

¹³⁷ *Idem*, p. 8.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, p. 254.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, pp. 254, 255.

2.1.3- A caracterização do agente

O *shoplifting* é um crime comum a vários tipos de classes sociais, idades, e grupos demográficos, tal como referido por alguns autores estrangeiros¹⁴². Tentaremos, seguidamente, caracterizar o agente, partindo da literatura portuguesa e estrangeira analisada.

Segundo um estudo realizado em Portugal, a maior parte dos crimes ocorridos em estabelecimentos de comércio tradicional é cometida por pessoas do sexo masculino, e por apenas uma pessoa, sem posse de arma (83,3%)¹⁴³. Grande parte dos crimes são cometidos por adultos (68%) e, de seguida, por adolescentes entre os 16 e 21 anos (10%)¹⁴⁴.

Iremos também ter em conta algumas conclusões alcançadas pela literatura anglo-saxónica. O furto em estabelecimento comercial é, muitas das vezes, um crime não premeditado, sendo que em geral não é cometido por um profissional¹⁴⁵, existindo até estudos que olham para os *shoplifters* como consumidores, e não criminosos¹⁴⁶. Outros autores referem que a maior parte destes furtos são cometidos pelos clientes que, em grandes superfícies, são anónimos¹⁴⁷. É sobre estes indivíduos que as medidas de prevenção com vista à dissuasão de possíveis infrações poderão ter um maior impacto¹⁴⁸.

Para alguns autores, as diferenças individuais na personalidade e na atitude de cada um influenciam os padrões de criminalidade, sendo que a personalidade, em conjunto com as características demográficas clássicas, tais como a idade e os redimentos, permitem prever os crimes de *shoplifting*¹⁴⁹.

¹⁴² Glasscock, Stephen G./ Rapoff, Michael A./ Christophersen, Edward R., Behavioral Methods to Reduce Shoplifting, 1988, p. 272-273; Guffey, Hugh J. Jr./ Harris, James R./ Laumer, J. Ford Jr., Shopper Attitudes Towards Shoplifting and Shoplifting Preventive Devices, 1979, p. 77.

¹⁴³ Barómetro APAV, Intercampus, *op. cit.*, pp. 10 e 17.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 17.

¹⁴⁵ Khalil, Elias L., Temptations as Impulsivity: How far are Regret and the Allais Paradox from Shoplifting ?, 2015, p. 551.

¹⁴⁶ De Bock, Tine, et. al, Exploring the Impact of Fear Appeals on the Prevention of Shoplifting, 2010, p. 3.

¹⁴⁷ Ramos, Óscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, p. 251.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ Egan, Vincent/ Taylor, David, Shoplifting, *op. cit.*, p. 882.

A atitude perante o furto em estabelecimento comercial é um indicador muito forte da atividade, pelo que identificando as crenças que a influenciam, será possível criar estratégias que alterem a crença em causa¹⁵⁰.

A nível psicológico, para alguma literatura anglo-saxónica os *shoplifters* são caracterizados como tendo uma autoestima baixa, sendo mais patológicos que as pessoas em geral, hostis, enganadores, emocionalmente vazios, impulsivos, com tendência para a delinquência, e com grandes níveis de energia.¹⁵¹

Esta opinião não é unânime. Ao contrário da literatura mais tradicional que associa o comportamento do *shoplifting* a fatores económicos, pressão dos grupos, atitudes, moral, desordens psicológicas ou psiquiátricas, e baixa apreensão do risco, alguns autores anglo-saxónicos, com os quais estamos de acordo, adotam a teoria da escolha racional, já por nós referida, como alternativa, segundo a qual os *shoplifters* “pesam” os prós e os contras de praticar um crime, tomando decisões com base nos benefícios no presente e os possíveis custos no futuro¹⁵². Partindo desta teoria, e da teoria das atividades de rotina, também já referida, o *shoplifting* tem algumas semelhanças com o comportamento dos consumidores: uma pessoa motivada, que encontra produtos desejáveis e a oportunidade para os comprar ou furtar¹⁵³.

Existem várias classificações de *shoplifters* na literatura anglo-saxónica¹⁵⁴. Vamos abordar a distinção realizada por Moore¹⁵⁵, sendo que para este existem cinco tipos de agentes que praticam *shoplifting*: o impulsivo, o ocasional, o episódico, o amador, e o semiprofissional¹⁵⁶. O impulsivo pratica pouco este crime, não o planeia, e furta tipicamente um objeto barato, mas desejável.

¹⁵⁰ Tonglet, Michele, *op. cit.*, pp. 348, 351.

¹⁵¹ Guffey, Hugh J. Jr./ Harris, James R./ Laumer, J. Ford Jr., *op. cit.*, p. 78.

¹⁵² Tonglet, Michele, *op. cit.*, p. 337.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Por exemplo, Cameron, M. O, *The Booster and the snitch: Department store shoplifting*, 1964, *apud* Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 220, dividiu os *shoplifters* entre *boosters* e *snitches*. Os primeiros furtam com o intuito de venda posterior. Os segundos são *shoplifters* crónicos, mas são considerados cidadãos respeitáveis, sem qualquer outra ligação ao crime.

¹⁵⁵ Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 220.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 221.

Quando é descoberto, este agente sente-se culpado e envergonhado. O *shoplifter* ocasional praticou o crime duas ou três vezes no ano anterior, e tem como principal motivo o desafio ou a pressão do grupo, minimizando a seriedade da ofensa. O agente episódico tem, como o nome indica, episódios periódicos em que furta, e o seu comportamento está associado a problemas emocionais e psicológicos, apesar de conseguir reconhecer que é errado furtar. O amador tem um padrão de atividade muitas vezes semanal e toma decisões conscientes de iniciar a atividade, uma vez que a considera rentável, apesar de conhecer o seu caráter ilegal. Por fim, para o *shoplifter* semiprofissional o *shoplifting* faz parte do seu estilo de vida, o seu principal motivo é económico, e, em regra, sente-se injustiçado pela sociedade e acha que merece mais do que recebe, pelo que não demonstra arrependimento.

Segundo alguns autores anglo-saxónicos, as pessoas que cometeram este crime recentemente aceitam melhor o comportamento do *shoplifting*, são mais racionais em relação aos benefícios económicos, e vêm os riscos de serem detidos como mais baixos, em comparação com pessoas que nunca praticaram este crime, ou que apenas o fazem ocasionalmente¹⁵⁷. Além disso, estão mais dispostas, enquanto consumidoras, a ter outros comportamentos considerados pouco éticos¹⁵⁸. De acordo com alguns autores, as pessoas do sexo feminino, mais velhas, mais educadas, e com mais possibilidades económicas, são menos suscetíveis ao *shoplifting*¹⁵⁹.

Muitos dos agentes reconhecem que a detenção poderá constituir um resultado negativo do *shoplifting*, mas não creem que possam ser detetados, pelo que esse receio não os detém¹⁶⁰.

Em muita da literatura anglo-saxónica revista, os adolescentes são retratados como um dos grupos que mais incorre em práticas de furto em

¹⁵⁷ Egan, Vincent/ Taylor, David, *op. cit.*, p. 878.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 882.

¹⁵⁹ Guffey, Hugh J. Jr./ Harris, James R./ Laumer, J. Ford Jr., *op. cit.*, p. 79.

¹⁶⁰ Tonglet, Michele, *op. cit.*, p. 347.

estabelecimento comercial¹⁶¹. Apesar de, segundo o estudo português já referido, estes serem o segundo grupo que mais pratica esta ofensa, são, mesmo assim, um grupo com muito peso nesta atividade criminosa. Embora se trate de menores, o que implica diferenças a nível substantivo e adjetivo, importa fazer uma pequena revisão da literatura sobre este grupo.

Passaremos a enumerar algumas das motivações que lhes são atribuídas¹⁶². Os adolescentes sentem-se atraídos pela novidade, pelo risco, e pela diversão que a experiência do *shoplifting* lhes dá. Além disso, a nível social, furtar pode implicar a aceitação dentro do grupo de amigos, e a consolidação de um determinado lugar dentro do mesmo¹⁶³. Com o *shoplifting* podem ainda ter acesso a algo que, normalmente, lhes é negado (v.g cigarros). Por fim, podem existir também razões económicas para a prática do furto.

No âmbito dos agentes, é importante mencionar a questão do estigma associado ao *shoplifting* e das técnicas utilizadas pelos autores para o evitar. Os agentes preocupam-se, assim, não apenas com a punição formal, mas também com as sanções mais informais, tal como a estigmatização perante as suas famílias, amigos, e comunidade. É seu objetivo não serem descobertos e identificados como *shoplifters*, pelo que utilizam técnicas de gestão de estigma¹⁶⁴.

Assim, tentam parecer o mais normal e o menos suspeitos possível, quando estão a praticar o crime. Fazem-no durante três fases distintas do seu percurso pelo estabelecimento comercial: a fase de entrada e procura do bem; a fase de chegada à posse do bem e da sua ocultação; e, por fim, a fase de saída da loja com o bem¹⁶⁵.

¹⁶¹ McNees, M. Patrick et. al, An Experiment Analysis of a Program To Reduce Retail Theft, 1980, p. 380; Castiglia, Patricia T., Stealing/ Shoplifting, 1999, p. 249; Egan, Vincent/ Taylor, David, *op. cit.*, p. 880; Guffey, Hugh J. Jr./ Harris, James R./ Laumer, J. Ford Jr., *op. cit.*, p. 77, entre outros.

¹⁶² Pode-se encontrar um resumo destas razões em: Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 228.

¹⁶³ Castiglia, Patricia T., *op. cit.*, p. 248.

¹⁶⁴ Iremos basear-nos no estudo de Lasky, Nicole/ Jacques, Scott/ Fisher, Bonnie S., Glossing Over Shoplifting: How Thieves Act Normal, 2014, pp. 293-309.

¹⁶⁵ *Idem*, p. 299.

Na primeira fase, alguns agentes escolhem um acessório para parecerem um consumidor normal (um carrinho de compras, por exemplo), e existe a preocupação de agir de forma natural na loja, realizando um itinerário plausível para um consumidor. Ainda nesta primeira fase, o *shoplifter* tenta analisar o produto em causa de uma forma natural, olhando para a etiqueta do preço, e fazendo até perguntas aos funcionários¹⁶⁶. A ideia é parecer o mais possível um consumidor.

No segundo momento, algumas pessoas optam por inspecionar produtos que não têm intenção de furtar, e utilizam expressões faciais quando os inspecionam, para atrair as atenções para a sua face, e não para as suas mãos. Alguns dos agentes utilizam um telemóvel ao mesmo tempo para justificar que as mãos se mexam até um bolso, ou mala.¹⁶⁷

De seguida, o objetivo do agente é afastar-se da prateleira do produto furtado, sendo que alguns até pegam noutros produtos para disfarçar¹⁶⁸.

Quando decidem sair da loja, escolhem uma rota que pareça a de um consumidor normal quando decide sair sem comprar pois não encontrou o que pretendia, ou por vezes compram algum produto¹⁶⁹. Também podem retirar-se a falar ao telefone¹⁷⁰.

2.2- Conclusões sobre a figura do furto em estabelecimento comercial

O furto em estabelecimento comercial constitui um problema no setor das vendas. Acarreta bastantes custos e é difícil de medir, uma vez que é um fenómeno disperso e, muitas vezes, não denunciado.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 300.

¹⁶⁷ *Idem*, pp. 301, 302.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 305.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

Além disso, é visto como tendo uma baixa danosidade económica e social, pois tem frequentemente pouca importância para os estabelecimentos, embora permita ao agente suprir necessidades importantes.

É relevante, no entanto, entender que nem sempre é assim. Nem sempre o agente é carenciado, ou furta bens para suprir necessidades básicas. Paralelamente, existem comerciantes que têm dificuldade a nível económico.

O facto de, muitas vezes, os furtos não serem participados pelos comerciantes às autoridades, por terem pouca importância ou para evitar um aumento de trabalho e perda de tempo, revela que a opção por uma solução de privatização do crime pode não ser a melhor, uma vez que esta exige um impulso por parte do ofendido.

Para além do que foi dito, o facto de os comerciantes não quererem que o seu estabelecimento fique associado a eventos de *shoplifting* é mais uma razão para que a natureza do presente crime não seja privada, uma vez que esse desejo irá contribuir para que o ofendido não dê início ao processo.

É ainda necessário ter em conta que este é um crime que vitimiza, além dos retalhistas, os consumidores, uma vez que pode ocorrer um aumento dos preços. Pode-se, assim, dizer que é do interesse geral procurar soluções que concorram para a diminuição do *shoplifting*, e que, mais uma vez, a natureza privada do crime não é a melhor maneira de prosseguir esse interesse geral.

Se a ideia é resolver este problema, e evitar que o mesmo ocorra no futuro, a natureza privada não é a melhor maneira de o fazer, pelo que já foi referido.

Tendo em conta a distribuição do fenómeno, as oportunidades criminais desempenham um papel muito importante no *shoplifting*, tendo um peso importante na escolha da atividade criminosa.

Este facto permite-nos concluir que a tentativa de resolução deste problema deverá passar pela prevenção, ou seja, pela diminuição dessas

oportunidades, e pelo aumento do receio dos autores de serem detetados, o que poderá contribuir para demover o agente da atividade criminosa.

Olhando para a caracterização feita do agente, o facto de muitas vezes este não ser profissional, o que é sublinhado pela esmagadora maioria dos casos em que há ausência de posse de arma, e nem sequer ter premeditado o crime, faz com que as medidas de prevenção ganhem um novo impacto ao nível da dissuasão da atividade criminosa. Além disso, tendo em conta este tipo de agentes, e os adolescentes, que também são um grupo com expressão na prática do *shoplifting*, medidas de carácter conciliador poderão ser suficientes para perceber o mal causado e evitar a repetição do comportamento, sobretudo pela sua influência na mudança de atitude dos agentes perante o *shoplifting*, o que é muito importante para a mudança de comportamento.

Por último, a questão da “punição” informal, associada ao estigma, fundamenta o que pretendemos concluir: uma sanção demasiado severa, apenas iria contribuir para aumentar este estigma sem resolver o problema. Uma solução que associe a sanção a um estigma menor, poderá ter melhores resultados ao nível de prevenção futura, sem por em causa a retribuição do agente perante a vítima.

Na Alemanha, a criminologia tem demonstrado que a severidade da punição não tem um efeito dissuasor, conclusão que importa considerar para efeitos de prevenção¹⁷¹.

Assim, é importante acautelar uma solução que inclua não só medidas repressivas, mas também preventivas. Estas, tal como foi sendo referenciado, têm um papel demasiado importante no combate ao furto em estabelecimento comercial. A prevenção tem sempre um papel importante no desenho das políticas criminais, mas, aqui, esta ganha uma importância ainda maior, ocupando grande parte da quota das soluções para o problema.

¹⁷¹ Sessar, Klaus, Os problemas que a criminologia enfrenta face ao direito penal e à política criminal. Algumas considerações teóricas, 2012, pp. 585, 2012.

Além do que foi dito ao longo do presente capítulo, e das presentes conclusões, é importante referenciar mais duas características do furto em estabelecimento comercial, que terão relevância para o próximo capítulo.

Em primeiro lugar, estamos perante um delito patrimonial leve. Segundo Sánchez, os delitos patrimoniais leves têm certas características: são pouco lesivos, afetam a propriedade privada, são um fenómeno de massas, e são comportamentos muitas vezes reiterados¹⁷². Ora, estas características estão presentes no comportamento associado ao furto em estabelecimento comercial.

Em segundo lugar, estamos perante uma bagatela penal. Existem vários critérios para aferir a criminalidade bagatelar. André Lamas Leite enuncia os seguintes: em primeiro lugar, um critério quantitativo partindo da noção de valor diminuto prevista no art. 202, al. c) CP, sendo que esta noção faz parte também do art. 207º, nº 2; em segundo lugar, um critério qualitativo que se prende com o “potencial ofensivo do crime”. Este segundo critério é mais difícil de concretizar, sendo que uma das maneiras de o fazer poderá ser a análise da moldura penal abstrata. Como já foi referido ao longo do capítulo, o furto em estabelecimento comercial comporta um potencial ofensivo relativamente baixo, estando também inserido na criminalidade patrimonial leve. Além disso, a sua moldura penal abstrata é também baixa (sendo no máximo de três anos ou pena de multa).

Por fim, podemos olhar para um critério de ordenação axiológica trazido pela Constituição, por exemplo, comparando o valor protegido com o bem “vida”¹⁷³. Ora, no furto em estabelecimento comercial é protegido o valor da propriedade que não é o mais importante a nível axiológico, especialmente quando comparado, por exemplo, com o bem jurídico vida.

Assim, qualquer um dos três critérios permite confirmar o carácter bagatelar do crime presente no 207º, nº 2.

¹⁷² Sánchez, Jesús-María Silva, *Delicuencia patrimonial leve: una observación del estado de la cuestión*, 2004, pp. 333 e 334.

¹⁷³ Leite, André Lamas, *op. cit.*, pp. 64, 65.

Perante o que foi dito, existem três filtros que legitimam a intervenção penal: a relevância constitucional do bem jurídico (já aferida); a dignidade penal do facto proibido, a nível de danosidade social, que já afirmámos ser relativamente reduzida; e a adequação da tutela penal aos fins de prevenção, sendo que, para qualquer um destes níveis, o conceito de bagatela penal importa¹⁷⁴.

O princípio da proporcionalidade (na vertente da adequação, necessidade e justa medida) é uma referência que permite controlar a legitimidade da decisão de dar ou não tutela penal a bagatelas¹⁷⁵.

As bagatelas ajudam assim adelimitar a intervenção penal (critério para delimitar e excluir factos com baixa danosidade social), uma vez que a ameaça penal pode ser inadequada para sancionar bagatelas¹⁷⁶.

Mesmo que o facto se subsuma ao tipo, pode ser excluído pela sua insignificância face à pretensão da tutela¹⁷⁷.

O direito penal deve-se recusar a tratar bagatelas penais. Além disso, é necessário analisar se a intervenção é adequada ou inadequada, eficaz ou ineficaz, e producente ou contraproducente¹⁷⁸.

¹⁷⁴ Pinto, Frederico Costa, Delitos de bagatela (The minimus doctrine in criminal cases), 2015, p. 338.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 339.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 341.

3- ALÉM DA SOLUÇÃO LEGAL: TOMADA DE POSIÇÃO

Ao longo da presente dissertação atentámos no tipo do 207º, nº 2 do CP, análise que foi realizada no primeiro capítulo, mas também no comportamento que está em causa na incriminação, estudo que foi feito no segundo capítulo.

Foi possível perceber que o *shoplifting* é um problema a nível nacional, e internacional, pelo que importa ponderar uma solução que o ajude a resolver.

A nível introdutório interessa também lembrar que considerámos, no capítulo anterior, o furto em estabelecimento comercial um delito patrimonial leve com carácter bagatelar. É importante termos essas características em mente. Tendo em conta os estudos efetuados, concluímos também que a melhor solução não passaria pela privatização do crime, mas pela prevenção do comportamento associada a medidas sancionatórias de carácter conciliatório, e não demasiado severas.

3.1- A solução legal: revisão crítica

A solução encontrada pelo legislador foi alvo de diversas críticas, logo desde o início, quando ainda era mera proposta de alteração legislativa. Procedemos a um levantamento das mesmas no primeiro capítulo. Iremos aqui, de forma breve, fazer uma revisão crítica dessa alteração, focando os pontos que consideramos mais importantes, para efeitos do presente capítulo.

O legislador estatuiu como crime particular os furtos de valor diminuto praticados em estabelecimentos comerciais, com recuperação da coisa subtraída, o que equivale, na prática, a uma descriminalização processual¹⁷⁹. Estamos perante uma descriminalização processual devido à exigência da acusação particular¹⁸⁰ que encerra um pressuposto adicional de procedibilidade¹⁸¹.

¹⁷⁹ Pinto, Frederico Costa, Reformas penais, p. 2.

¹⁸⁰ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, p. 11.

¹⁸¹ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 19/2/2014.

O principal propósito de existirem crimes de acusação particular prende-se com a possível resolução do conflito fora do sistema penal, uma vez que este funciona por impulso do ofendido¹⁸².

Entendemos, tendo em conta as características bagatelares do furto em estabelecimento comercial, o objetivo do legislador de libertar a justiça destes casos de baixa criminalidade patrimonial, e de tornar a mesma mais célere. No entanto, este sai logrado, uma vez que não será possível ocorrer detenção em flagrante delito, nos termos do art. 255º CPP e, como consequência, não será possível um julgamento em processo sumário, de acordo com o 381º, nº 1 CPP¹⁸³.

Assim, apenas é possível a identificação do infrator, nos termos do art. 255º, nº 4 CPP, mas como só a polícia a pode realizar, se na altura não estiver nenhum agente por perto, esta não ocorrerá¹⁸⁴.

Por fim, é também criticado o facto de ser necessária a liquidação da taxa de justiça, nos termos do art. 519º CPP¹⁸⁵. Esta situação acarreta um grande constrangimento no acesso à justiça pública, e uma consequente desigualdade entre os comerciantes com mais e com menos poder económico¹⁸⁶.

O que foi dito pode fazer com que os comerciantes mais pequenos percam o interesse na ação judicial, uma vez que os custos (taxa de justiça e honorários de um advogado) podem ser muito superiores àquilo que conseguem recuperar¹⁸⁷.

¹⁸² Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, p. 6.

¹⁸³ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, pp. 21 e 22; Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 77.

¹⁸⁴ Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, p. 8.

¹⁸⁵ Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 74.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 75.

Além disso, uma vez que o tipo exige a recuperação imediata das coisas (mais difícil para os pequenos comerciantes, o que levanta outra vez questões de igualdade), não há incentivo para a ação penal¹⁸⁸.

Ocorreu, assim, uma “descriminalização encapotada”, uma vez que, quando são preenchidos os requisitos do 207º, nº 2, a maioria dos estabelecimentos comerciais não terá interesse na ação judicial¹⁸⁹. Estamos, então, perante uma manifestação do direito penal simbólico, e perante uma situação de privatização da justiça penal¹⁹⁰.

A todas estas críticas formuladas por vários autores podemos adicionar o que por nós foi referido no capítulo anterior sobre a privatização do delito não ser a melhor solução, tendo em conta as características que apontámos ao furto em estabelecimento comercial.

3.2- Outras soluções possíveis

Concordamos que o *shoplifting*, apesar de ser considerado um crime de menor gravidade, tem grandes repercussões a nível económico e social¹⁹¹, associadas à sua massificação, razão pela qual tem de se encontrar a melhor solução para resolver o problema.

Assim, iremos propor uma solução além da que foi encontrada pelo legislador. Esta proposta tem um carácter exemplificativo e não exaustivo, pelo que poderão existir sempre outras soluções plausíveis e não referidas na presente dissertação.

As intervenções no problema do *shoplifting* podem ser de vários tipos: podemos estar perante soluções punitivas e orientadas para a restituição, perante

¹⁸⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ *Ibidem.*

¹⁹¹ Castiglia, Patricia T., *op. cit.*, p. 249.

soluções de assistência psicossocial ou reabilitação, e até perante tratamento específico para *shoplifters*¹⁹².

A título de curiosidade, por exemplo, alguns autores defendem um tratamento comportamental para os *shoplifters*, que pode assumir várias modalidades¹⁹³.

A chamada *Covert Sensitization* implica que se treine um *shoplifter* para imaginar a sequência da sua ação e as consequências negativas associadas ao facto de ser apanhado. Um outro exemplo é o da *Individual Combined Treatment (ICT)*, que é um tratamento destinado a crianças que praticam esta atividade, e em que estas são ensinadas a relaxar quando se sentem tentadas, de modo a serem mais capazes de controlar os seus impulsos.

Existem alguns tratamentos menos éticos como o *Film-Mediated Aversion*, em que os pacientes assistam a um filme durante o qual, cada vez que a personagem pratica *shoplifting*, apareçam caras com ar de desaprovação, e os pacientes recebam um choque na parte dianteira do braço¹⁹⁴.

Alguns programas não são direcionados aos *shoplifters*, mas aos consumidores. Por exemplo, foi testado um programa que incentivava os clientes a denunciar o *shoplifting* se o vissem, mantendo o anonimato, e mediante compensação monetária¹⁹⁵.

Partiremos da informação que recolhemos no segundo capítulo, assumindo que a principal solução para o problema do *shoplifting* deverá concertar essencialmente a prevenção e sanções não demasiado severas, que acarretem medidas conciliadoras.

¹⁹² Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 230.

¹⁹³ Iremos elencar algumas indicadas por: Glasscock, Sepsen G., et al., *op. cit.*, pp. 273, 274.

¹⁹⁴ Glasscock, Sepsen G., et al., *op. cit.*, p. 274.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 275.

3.3- A descriminalização de um comportamento

Achamos importante atentar brevemente naquilo em que consiste a descriminalização, uma vez que é um conceito central na solução por nós preconizada.

A descriminalização pode ser vista de várias formas. Em sentido mais estrito, é vista como desqualificação de um determinado comportamento como crime, sendo que determinada conduta deixa de ser sentida como negativa, passando a ser tolerada pelo Estado. No entanto, a descriminalização pode também implicar que se transforme um ilícito criminal num outro tipo de ilícito, ou em alternativas que sejam mais eficazes e menos onerosas que a do sistema penal¹⁹⁶. Por exemplo, pode existir uma despenalização de determinadas condutas, passando estas a fazer parte do direito civil ou administrativo¹⁹⁷.

A descriminalização pode ocorrer através da revogação da norma incriminatória, da alteração de elementos que integrem os factos típicos, de normas integrantes da parte geral (por exemplo um princípio de dispensa de pena), através de medidas procesuais, como a diversão, ou através da consagração de crimes dependentes de acusação particular¹⁹⁸.

No modelo de descriminalização pautado pelas alternativas ao sistema penal, podemos encontrar três tipos de soluções: as de controlo social, as de tecno-prevenção e as de reorganização social¹⁹⁹. As primeiras podem ser punitivas, sendo exemplo disso o direito das contra-ordenações, compensatórias (como as sanções jurídico-civis), terapêuticas ou conciliatórias²⁰⁰. As segundas podem incluir sistemas de vigilância, como circuitos internos de televisão²⁰¹.

¹⁹⁶ Dias, Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *op. cit.*, pp. 399, 400, 403.

¹⁹⁷ Sánchez, Jesús-María Silva, *op. cit.*, p. 335.

¹⁹⁸ Dias, Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *op. cit.*, pp. 417 a 420.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 421.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Idem*, p. 427.

A descriminalização não se confunde com a não aplicação da lei penal devido a escolha da vítima, ou devido a situações em que por outra razão não se forma um caso na justiça²⁰².

Diretamente associados a esta questão estão os conceitos de dignidade penal e carência de tutela penal²⁰³, já abordados no capítulo anterior. Existe hoje, em relação ao sistema do direito criminal, uma certa relativização, pois cada vez mais este é visto apenas como um sistema de controlo entre outros, sendo que nem sempre é necessário, nem sempre é eficaz, mas é sempre o mais gravoso²⁰⁴.

Assim, além de ter de existir um bem jurídico digno de tutela penal, é necessário que haja necessidade de tutela penal, conforme o art. 18º, nº 2 CRP²⁰⁵. Ou seja, não basta haver violação de um bem jurídico, sendo necessário que o direito penal intervenha subsidiariamente enquanto última *ratio*, pelo que este só pode intervir quando não existam outros meios de política não penal suficientes ou adequados²⁰⁶.

Partindo deste pressuposto, a descriminalização ganha importância. No “âmbito deste conceito têm de ser expurgados todos os comportamentos que não acarretem lesão (ou perigo de lesão) para bens jurídicos claramente definidos; ou que, ainda quando a acarretem, possam razoavelmente ser contidos ou controlados por meios não penais de política jurídica ou mesmo de política social não jurídica”²⁰⁷.

É importante proteger o bem jurídico em causa, mas também fazê-lo sem ultrapassar os limites que a constituição traça²⁰⁸.

Torna-se sempre necessária a existência de uma ponderação de interesses entre os valores em causa, para avaliar a proporcionalidade entre o

²⁰² *Idem*, pp. 401, 402.

²⁰³ *Idem*, p. 405.

²⁰⁴ *Idem*, p. 409.

²⁰⁵ Dias, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal - Parte Geral - Tomo I - Questões Fundamentais*, 2012, p. 127.

²⁰⁶ *Idem*, p. 128.

²⁰⁷ *Idem*, p. 131.

²⁰⁸ Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, 2012, p. 7.

constrangimento dos interesses individuais, e o interesse que o direito penal quer salvaguardar²⁰⁹. “As medidas penais só são constitucionalmente admissíveis quando sejam necessárias, adequadas e proporcionadas à protecção de determinado direito ou interesse constitucionalmente protegido”²¹⁰.

Existem vários princípios a ter em causa²¹¹: o princípio da intervenção mínima do direito penal, que implica que se restrinja a intervenção penal apenas a situações em que se lesa um bem jurídico relevante; e o princípio da última *ratio* do direito penal, que exige que este apenas seja usado quando não exista outra forma de intervenção não penal²¹². Além do que foi dito, convém atentar no princípio da proporcionalidade, que estabelece que a intervenção penal tem de ser proporcional à gravidade do delito, ou seja, que a sanção tem de ser proporcional ao bem jurídico violado e às consequências dessa lesão²¹³.

A descriminalização permite que sejam libertados recursos para certas soluções mais eficazes²¹⁴.

As vítimas procuram também muitas vezes repostas que vão além do sistema penal, soluções que permitam um maior controlo sobre o processo em causa²¹⁵. Por exemplo, alguns comerciantes são da opinião que a prisão efetiva dos *shoplifters* não resolve o problema à sociedade, nem ajuda os agentes na sua ressocialização²¹⁶. Para muitos dos agentes que não são profissionais, o choque e a vergonha experienciados com a detenção são suficientes para que a prática não se repita²¹⁷.

Em relação aos comportamentos a serem descriminalizados, de um modo geral, é claro que tal deve ocorrer em relação a condutas que foram

²⁰⁹ *Idem*, p. 9.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ Iremos utilizar a sistemática de Fernando Fernandes, *O Processo Penal como Instrumento de Política Criminal*, 2001, p. 106 ss.

²¹² *Idem*, p. 106.

²¹³ *Idem*, p. 107.

²¹⁴ Dias, Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *op. cit.*, p. 411.

²¹⁵ *Idem*, p. 412.

²¹⁶ Checkout Magazine, July 2015, p. 50.

²¹⁷ Lane, Robert C./ Krasnovsky, Therese, *op. cit.*, p. 229.

criminalizadas por razões moralistas, a condutas que são meramente uma questão de evasão cultural e social, e a condutas de delinquência juvenil²¹⁸.

Pensamos que esta também deve ocorrer no que toca ao *shoplifting*, enquanto fenómeno associado à pequena criminalidade patrimonial, e às bagatelas penais²¹⁹, e tendo em conta as características do mesmo enunciadas no capítulo anterior.

Apesar do que foi dito, é importante ter em conta que não obstante os furtos leves produzirem um dano bagatelar a nível material²²⁰, põem em causa um valor central da sociedade (a propriedade) e contribuem para uma sensação social de insegurança, pelo que necessitam de uma resposta jurídica-penal²²¹.

Mas o bem jurídico não é lesado em grande medida, pelo que a sanção tem de ser proporcional a este dano leve²²². Assim, estes delitos não são merecedores de uma pena privativa da liberdade, mas sim de sanções mais simbólicas, vocacionadas para a reparação²²³.

O furto em estabelecimento comercial, enquanto exemplo de criminalidade bagatelar necessita de uma abordagem diferente da que é dada aos casos de criminalidade mais grave, também por razões de racionalidade económica e para evitar o entupimento dos tribunais com estes processos menos gravosos²²⁴.

A pequena e a média criminalidade são “o domínio onde se pode ir mais longe, “reinventando” a punição, na via da reparação (...) e na renovação de soluções de diversão, flexibilizando o princípio da legalidade e explorando as virtualidades, designadamente, da mediação”²²⁵.

²¹⁸ Dias, Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *op. cit.*, pp. 429, 430, 431.

²¹⁹ *Idem*, p. 431.

²²⁰ Sánchez, Jesús-María Silva, *op. cit.*, p. 339.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Idem*, pp. 349, 350.

²²³ *Idem*, p. 350.

²²⁴ Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 66.

²²⁵ Rodrigues, Anabela Miranda, Política Criminal- Novos desafios, velhoro rumos, 2003, p. 233.

É, assim, necessário encontrar um equilíbrio entre estes dois pontos de vista que mencionámos.

3.4- Tomada de posição: escolha de uma solução

Após atentarmos no conceito de discriminalização, e nas suas implicações, impõe-se agora tomar posição relativamente à melhor solução para resolver o problema do *shoplifting*.

O tipo do art. 207º, nº 2 CP encerra um bem jurídico- constitucional, como foi referido no primeiro capítulo. Esse bem jurídico é a propriedade (art. 62º CRP). Teremos ainda de ter em conta a caracterização feita do comportamento, nomeadamente o facto de estarmos perante um delito patrimonial leve e uma bagatela penal.

Respeitará, então, a solução legal o art. 18º, nº 2 da CRP?

O *shoplifting* é um fenómeno complexo com importantes cambiantes a nível social. Não podemos esquecer que, muitas das vezes, o agente é uma pessoa carenciada a nível económico e que está a procurar suprir necessidades, muitas das vezes básicas e essenciais do ponto de vista da dignidade da pessoa humana. Também por esta razão, bastantes vezes falamos de pessoas que nunca cometeram qualquer outro crime. Do outro lado, temos um estabelecimento comercial maior ou menor, mas que, à partida, terá mais recursos.

Além disso, estamos perante um fenómeno massivo, o que poderá acarretar um grande encargo para a justiça criminal.

Achamos que a tutela penal construída pelo legislador não é a mais adequada. É necessário estabelecer um equilíbrio entre o carácter bagatelar deste furto, e o facto de proteger um bem jurídico constitucional: a propriedade.

Vamos agora atentar na solução que consideramos mais adequada, de modo a respeitar o art. 18º, nº 2 da CRP, e o 40º do CP.

Na nossa opinião, a melhor solução seria a seguinte:

Em primeiro lugar, propõe-se dois momentos diferentes para a solução preconizada para o furto em estabelecimento comercial.

Num primeiro momento, numa ótica de política preventiva, que a nosso ver faz todo o sentido, como referenciado no capítulo segundo, é importante apostar na educação e informação quanto às consequências e custos do *shoplifting*. Esta sensibilização poderia ser feita, por exemplo, através da distribuição de informação aos consumidores que visitam determinado estabelecimento.

Ainda nesta lógica é essencial a prevenção situacional. Esta está intrinsecamente ligada à decisão criminosa, e será, mais adiante, devidamente explicitada.

O segundo momento da presente solução focar-se-ia já numa lógica mais repressiva. Neste âmbito, seriam encontradas diferentes soluções consoante o valor do bem furtado. Explicitamos então este segundo momento:

Concordamos com Augusto Silva Dias quando defende que “vale a pena reflectir sobre soluções fora do sistema penal para verdadeiras bagatelas”²²⁶. Se estivermos perante furtos inferiores a 20€ o professor defende que se afastem os ilícitos do sistema penal²²⁷. Esta descriminalização não implica assim que se deixe de tutelar a propriedade, simplesmente implica que essa tutela não seja penal²²⁸. Defende-se assim uma tutela alternativa de natureza jurídico-civil para os ilícitos relativos a montantes até 20 €, sensivelmente, atribuindo a competência sancionatória aos Julgados de Paz²²⁹. Se for superado o limite dos 20 €, ou se o ilícito se repetir de forma habitual, então a tutela passa a ser penal²³⁰.

²²⁶ *Idem*, p. 11.

²²⁷ *Ibidem*.

²²⁸ *Idem*, p. 14.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ *Idem*, p. 15.

Na nossa opinião, se estivermos a falar de um furto com valor correspondente a menos de $\frac{1}{4}$ de UC²³¹ não nos parece que este tenha dignidade penal sequer. O legislador entendeu que o Estado iria continuar a intervir de forma mais enérgica em furtos com valor superior ao diminuto (não tendo estes natureza particular), pelo que faz sentido que se distinga também entre furtos que equivalem a 1UC (cerca de 102,00€ neste momento) ou a $\frac{1}{4}$ de UC (cerca de 25,50€ neste momento)²³². Neste segundo caso, pensamos que a norma poderá excluir da sua aplicação estes furtos de valor ainda mais reduzido, ou isso poderá ser feito através de uma norma na parte geral que estabeleça que os furtos até $\frac{1}{4}$ de UC não são puníveis²³³. Estes furtos poderão ter uma tutela jurídico-civil, efetivada pelos Julgados de Paz, tal como defendido por Augusto Silva Dias.

Pelo contrário, se estivermos perante um valor superior a $\frac{1}{4}$ de UC e até 1UC (que é o que corresponde ao valor diminuto) então já poderá haver uma solução penal, mas, tendo em conta as características do furto em estabelecimento comercial, nunca privativa da liberdade. Referimo-nos à mediação penal, e à reparação.

Iremos, de seguida, aprofundar um pouco as opções relativas à prevenção situacional, reparação, e mediação penal.

3.4.1- A prevenção situacional

A prevenção é essencial no combate ao *shoplifting*, mas o direito e a atividade policial não são as únicas formas de o fazer²³⁴. Existem outras soluções, sendo exemplo disso as de tecno-prevenção, como já foi referido.

²³¹ Alguns autores defendem que, ao invés de se fixar um valor específico, o valor esteja indexado a $\frac{1}{4}$ de UC (hoje: 25,50€) para acompanhar a evolução da conjuntura económica, *in* Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 84.

²³² A determinação do valor de uma UC é feita ao abrigo do art. 5º do DL 34/2008 de 26 de Fevereiro e do art. 73º da Lei 7-A/2016 de 30 de Março.

²³³ Leite, André Lamas, *op. cit.*, p. 82.

²³⁴ Clarke, Ronald V., *op. cit.*, p. 17.

A prevenção situacional parte das teorias criminológicas da escolha racional, e das oportunidades criminais. Esta tem como objetivo evitar a punição, e prevenir a ocorrência do crime, sendo que, para isso, torna as oportunidades criminais menos atrativas²³⁵. Para tal são usadas técnicas que aumentam o esforço para se conseguir cometer o crime; que aumentam o risco de se ser detetado; que reduzem a recompensa de se cometer o crime²³⁶. Falamos de uma combinação entre os meios mais tradicionais de prevenção, por exemplo: etiquetas e alarmes de segurança, sistemas de videovigilância, e seguranças privados; e uma prevenção do crime através do *design* do espaço em causa (*Crime Prevention Through Environmental Design- CPTED*)²³⁷.

Em relação ao *CPTED*, podemos dividi-lo em quatro categorias²³⁸. A de *hard design*, que implica alterações no chão, nas paredes, na iluminação, nas saídas e entradas, e nos elevadores. A categoria relativa a *permanent/ semi-permanent display and features*, ou seja, modificações nas prateleiras, manequins, e balcões. A *non-permanent point of purchase* que implica atentar nos *displays* temporários e no merchandising. E a categoria dos *atmospherics*, que tem em conta o ambiente que estimula a compra, sendo exemplo disso, o perfume, a música, a iluminação.

Existem, assim, algumas estratégias que podem ser tidas em conta. Os estabelecimentos devem ter poucas saídas, que sejam acessíveis só através das caixas de pagamento, e devem possuir uma configuração do espaço que permita aos funcionários observar todas as áreas, de modo a diminuir as situações de furto²³⁹. A iluminação deve ser adequada; a colocação da caixa registadora no centro do estabelecimento permite uma vigilância mais fácil de todas as áreas da loja; e a disposição das prateleiras a uma altura não muito elevada, proporciona uma linha de visão para os corredores, o que permite também um maior controlo

²³⁵ Ramos, Oscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, pp. 261, 262.

²³⁶ *Idem*, p. 262.

²³⁷ Ramos, Oscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, pp. 262 a 269.

²³⁸ Iremos usar a sistemática de: Press, Mike/ Erol, Rosie/ Cooper, Rachel, *op. cit.*, p. 15.

²³⁹ Ramos, Oscar/ Cardoso, Carla, *op. cit.*, pp. 273, 274.

destes comportamentos²⁴⁰. Por fim, um aumento da distância entre a entrada da loja e os bens, ajuda também a diminuir o número de oportunidades criminais bem sucedidas²⁴¹. Alguns autores defendem que a colocação de máquinas de pagamento automático pode também reduzir o *shoplifting* em relação aos produtos que os consumidores têm vergonha de comprar²⁴².

A prevenção situacional ganha mais relevância se pensarmos que esta deve ser adaptada consoante o estabelecimento em causa, uma vez que as necessidades relativas à segurança variam de estabelecimento para estabelecimento²⁴³.

Uma preocupação relativa ao *CPTED*, e à prevenção situacional em geral, é o facto de saber se fazem os consumidores honestos sentirem-se menos seguros²⁴⁴. No entanto, pensamos que a prevenção situacional pode, geralmente, ser bastante discreta, salvo raras exceções²⁴⁵.

A prevenção situacional corresponde essencialmente (juntamente com uma política de informação e educação) à tutela preventiva do furto em estabelecimento comercial.

Cabe agora explicitar de modo mais pormenorizado as opções da tutela repressiva. Como já referimos anteriormente, consideramos que os furtos de valor inferior a ¼ de UC não devem ser punidos penalmente. Quanto aos furtos com valores entre ¼ de UC e 1 UC pensamos que a tutela penal mais adequada passa por soluções conciliatórias e não demasiado severas, tendo em conta as características do furto em estabelecimento comercial, e o estudo por nós efetuado. É sobre esses que nos iremos pronunciar.

²⁴⁰ *Ibidem*.

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² Clarke, Ronald V., *op. cit.*, 2003, p. 6.

²⁴³ *Idem*, p. 19.

²⁴⁴ Para mais informações ver: Kajalo, Sami/ Lindblom, Arto, Evaluating the effects of formal and informal surveillance: a retailer's view, 2012, p. 461 ss.

²⁴⁵ Referimo-nos ao estudo efetuado por McNees, M. Patrick, et. al, *op. cit.*, 1976, pp. 399 ss. Este implicou a distribuição de cartazes anti-*shoplifting* pelo estabelecimento comercial com informação, por exemplo, relativa às consequências do comportamento, e aos bens mais furtados no estabelecimento em causa. Este método permitiu reduzir o *shoplifting* nos sítios estudados.

3.4.2- A reparação como sanção autónoma

A reparação tem uma grande relevância na nossa ordem jurídica²⁴⁶ e é uma das hipóteses que colocamos para responder às situações em que ocorre um furto em estabelecimento comercial de valor diminuto.

Existem vários modelos de reparação²⁴⁷. Um modelo mais restrito que coincide com a indemnização civil e que não permite a substituição da pena (apenas a sua atenuação). Um modelo em que a reparação é a “terceira via”, alternativa voluntária às consequências do crime, podendo afastar uma pena. Por fim, um modelo autonomista que vê a reparação como verdadeira pena, sendo o juiz a condenar o agente nesta pena em específico, pelo que é imposta e não voluntária.

Concordamos com Mário Ferreira Monte quando afirma que o modelo que traz mais vantagens é o da reparação como terceira via. Este permite uma solução que afasta a pena e tem um carácter voluntário importante para a ressocialização do agente²⁴⁸, e para a sua consciencialização, bem como para o restabelecimento da paz jurídica, sendo que, além disso, acarreta grandes vantagens processuais, uma vez que coloca termo a muitos processos²⁴⁹.

Helena Morão concebe também a reparação como alternativa à aplicação de penas e medidas de segurança, ou seja como terceira via do direito penal²⁵⁰.

A criminologia tem obtido conclusões muito favoráveis no que toca à aceitação da população em geral, e da maioria das vítimas relativamente à reparação como alternativa à punição tradicional²⁵¹. Às vítimas importa mais a reparação do que a punição²⁵². No entanto, existe uma resistência à ideia da

²⁴⁶ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 24/2/2016.

²⁴⁷ Iremos usar a sistemática de: Monte, Mário Ferreira, *Da reparação penal como consequência jurídica autónoma do crime*, 2003, pp. 136 a 139.

²⁴⁸ Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 26/11/2013.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 140.

²⁵⁰ Morão, Helena, *Justiça Restaurativa e Crimes Patrimoniais na Reforma Penal de 2007*, 2010, p. 529.

²⁵¹ Sessar, Klaus, *op. cit.*, p. 586.

²⁵² Câmara, Guilherme Costa, *Programa de política criminal orientado para a vítima de crime*, 2008, p. 204.

reparação como solução alternativa entre quem integra as instituições de controlo formal da criminalidade²⁵³.

Um modelo que tenha em conta a reparação com via autónoma não só realça o carácter subsidiário do direito penal, como também o princípio da proporcionalidade²⁵⁴. É precisamente no princípio da subsidiariedade, e na sua vertente da intervenção mínima que a reparação penal encontra legitimação²⁵⁵. Além disso, permite que o ofendido exerça alguma influência sobre a pena²⁵⁶.

A reparação vai, assim, além da indemnização pecuniária, sendo que as prestações podem e devem ter natureza além da material²⁵⁷.

A ideia é restabelecer ao máximo a situação das vítimas, através de uma margem de liberdade dada à vítima e ao agente, que tem de consentir na solução²⁵⁸. Afasta-se, assim, o monopólio do Estado na punição²⁵⁹. Esta visa também evitar a vitimização secundária e a instrumentalização da vítima no processo²⁶⁰.

Este modelo permite, ao nível da prevenção especial positiva um efeito ressocializador, na medida em que o agente é confrontado com os seus atos e com a gravidade dos mesmos para a vítima, e uma vez que esta solução pode ser vista pelo agente como algo mais justo e necessário que a pena²⁶¹. Ao nível da prevenção geral positiva contribui para o restabelecimento da paz jurídica e da confiança, sendo que nos casos da pequena e média criminalidade a reparação basta para terminar a perturbação social que o ilícito originou²⁶². Olhando para

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Idem*, p. 207.

²⁵⁵ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 530.

²⁵⁶ Câmara, Guilherme Costa, *op. cit.*, p. 207.

²⁵⁷ Monte, Mário Ferreira, *op. cit.*, p. 133.

²⁵⁸ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 528.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ *Idem*, p. 530.

²⁶² *Idem*, p. 531.

uma perspectiva retribucionista, a reparação permite ter em conta o grau de culpa do agente e a satisfação da vítima²⁶³.

Assim, a reparação, como sanção alternativa, tem em conta os interesses da vítima, mas também os do agente²⁶⁴. Permite ainda atender aos interesses da sociedade, ao reafirmar os valores sociais que o delito violou²⁶⁵, e restaurar a situação anterior da vítima e do autor, reabilitando as partes e proporcionando a sua reconciliação²⁶⁶.

Além de cumprir as funções do direito penal, a reparação acarreta também vantagens a nível processual: evita o julgamento, permitindo uma maior celeridade processual²⁶⁷. Promove, assim, a eficácia e a celeridade processual, mas também a desjudiciarização enquanto forma de diversão²⁶⁸.

O instituto da reparação disponibiliza uma miríade de soluções. Por exemplo, o agente pode ter de restituir o proprietário, tendo de pagar mais do que o valor do objeto que furtou²⁶⁹. No entanto, como já foi referido, a reparação deve ser vista como mais do que uma compensação do dano patrimonial, devendo permitir a total resolução do conflito, de modo a ser uma consequência autónoma que coloca termo ao processo penal²⁷⁰.

Existem alguns tipos legais que determinam a reparação como condição ou complemento da dispensa ou da atenuação da pena. Exemplos disso são os artigos 204º, nº 1, als. a), b) e e), e nº 2, al. a); e o art. 205º, nº 4 do CP através da remissão do 206º²⁷¹. Além disso, os artigos 280º e 281º do CPP permitem,

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ Câmara, Guilherme Costa, *op. cit.*, p. 198.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Idem*, p. 221.

²⁶⁷ Monte, Mário Ferreira, *op. cit.*, p. 132.

²⁶⁸ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 533.

²⁶⁹ Glasscock, Sephen G., et al., *op. cit.*, p. 277. Não tendo o agente capacidades económicas para suprir a reparação material da vítima, poderá o Estado intervir nos termos do art. 130, nº 1 CP, *in* Câmara, Guilherme Costa, *op. cit.*, pp. 211 a 217.

²⁷⁰ Monte, Mário Ferreira, *op. cit.*, pp. 130 e 132.

²⁷¹ *Idem*, p. 134.

respetivamente, o arquivamento de pena e a suspensão do processo através de atos de reparação²⁷².

Poder-se-ia, assim, alterar o 206º CP, introduzindo uma disposição especial referente ao 207º, nº 2 que estabelecesse a ausência de pena, perante a reparação. Além disso, o 281º, nº 9 CPP poderia ser atualizado, fazendo menção ao 207º, nº 2 CP. Se a reparação não tivesse sucesso, o processo penal continuaria.

Na nossa opinião, esta é uma boa solução, pois é uma medida alternativa intermédia entre a pena e a despenalização total, que cumpre as funções do direito penal, e que permite manter a pena com carácter subsidiário²⁷³.

A reparação, enquanto modelo autónomo e alternativo tem como campo de aplicação a pequena e média criminalidade económica e é, assim, uma medida que vai além da indemnização civil, tendo em conta os fins das penas, como por exemplo a revalidação da norma, a paz jurídica e a ressocialização²⁷⁴. Além disso, é pautada pela voluntariedade do agente e da vítima, pelo que também se diferencia das penas²⁷⁵. Serve bem os interesses da vítima e os da sociedade que foram defraudados pelo ilícito, mas também os do agente a nível de ressocialização²⁷⁶.

3.4.3- A mediação penal

Uma pena elevada não é a melhor solução para este problema²⁷⁷, algo que já reconhecemos ao longo da presente dissertação e que é também reconhecido no atual artigo 207º, nº 2 CP.

²⁷² *Idem*, p. 135.

²⁷³ *Idem*, p. 151.

²⁷⁴ *Idem*, p. 140.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ Clarke, Ronald V., *op. cit.*, p. 18.

Uma vez que os conflitos são naturais à convivência humana, devem ser tidas em conta formas de os resolver que dêem prevalência a soluções que impliquem espontaneidade, face a face, e o protagonismo dos indivíduos²⁷⁸.

A mediação penal está reservada aos crimes patrimoniais que estejam dependentes de queixa ou acusação particular, pelo que não seria necessário alterar a natureza do crime, e seria uma hipótese para aproveitar a mesma. Além disso, é necessário que a pena não seja superior a cinco anos, que é o caso do furto em estabelecimento comercial; que o ofendido seja maior de 16 anos; e que não seja aplicável o processo sumário e sumaríssimo. Tudo isto, nos termos dos artigos 2º, nº 1, e nº 3 alíneas a), d) e e) da Lei 21/2007 de 12 de junho, que estabelece o regime da mediação penal²⁷⁹.

Poder-se-ia, assim, suspender o processo, nos termos do art. 281º CPP e enviá-lo para mediação, nos termos da Lei nº 21/2007.

De acordo com a Lei nº 21/2007 a mediação penal pode ser aplicada a este tipo de crimes, cabendo, nos termos do 3º, nº 1 da mesma lei, ao MP avaliar se este meio de diversão faz face às exigências de prevenção do caso concreto²⁸⁰.

Convém ter em mente que o acordo entre o ofendido e o arguido é requisito indispensável para haver mediação penal, nos termos do art. 5º, nº 1²⁸¹. Além disso, a mediação é realizada por um terceiro imparcial (art. 4º, nº 1), e não pode redundar em acordos que sejam ofensivos para a dignidade do arguido (6º, nº 2)²⁸².

A mediação penal tem como base os seguintes princípios: o do consentimento informado, da confidencialidade, da pessoalidade e da

²⁷⁸ Dias, Figueiredo/ Andrade, Manuel da Costa, *op. cit.*, p. 401.

²⁷⁹ Existem mais limites nos termos do art. 2º, nº 2, e do art. 2º, nº 3, als. b) e c), mas que não se aplicam ao *shoplifting*.

²⁸⁰ Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, p. 7.

²⁸¹ *Ibidem*.

²⁸² *Idem*, p. 9.

informalidade²⁸³, sendo que o mediador tem os deveres de imparcialidade, independência, confidencialidade e diligência, nos termos do art. 10º, nº 1.

A mediação penal distingue-se da reparação pois é um processo informal e flexível, de caráter voluntário e confidencial, conduzido por um terceiro imparcial, o mediador, que promove a aproximação entre o arguido e o ofendido e apoia a obtenção de um acordo entre ambos, de modo a permitir a reparação dos danos causados pelo facto, e a restauração da paz social ²⁸⁴.

Este processo de mediação penal integra-se no processo penal, não é alternativo²⁸⁵. De seguida iremos referir as fases do processo de mediação penal²⁸⁶. Em qualquer momento do inquérito, o MP pode remeter o processo para mediação (art. 3º, nº 1). Esta situação pode ocorrer devido a pedido do ofendido e do arguido (art. 3º, nº 2); mas também se existirem indícios de ter existido crime praticado pelo agente, e se, conjuntamente a mediação for suficiente para cumprir as exigências de prevenção (art. 3º, nº 1). Depois, o ofendido e o arguido são notificados do processo de mediação (art. 3º, nº 4), sendo que, posteriormente, o mediador informa as partes sobre o processo (art. 3º, nº 5). Após esta situação, as sessões podem ter início se o ofendido e o arguido consentirem expressamente (art. 3º, nº 7). Se estes não o fizerem, o processo segue a via judicial, tal como se o mediador achar que o ofendido ou o arguido não têm condições para participar na mediação (art. 3º, nº 6). Após o início das sessões, quando o ofendido e o arguido chegarem a um acordo, este é comunicado ao MP, valendo como desistência da queixa e não oposição (art. 5º, nº 4). O MP deve verificar se o acordo respeita os requisitos legais, e homologar a desistência de queixa (art. 5º, nº 5). Se não se alcançar um acordo: o processo segue a via judicial (art. 5º, nº 1). Se o acordo for incumprido: a queixa pode ser renovada por parte do ofendido, sendo que o inquérito é reaberto (arts. 5º, nº 4, e 6º, nº 3).

²⁸³ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 538.

²⁸⁴ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 537, e art. 4º, nº 1 da Lei 21/2007.

²⁸⁵ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 540.

²⁸⁶ Iremos utilizar a sistemática de: Morão, Helena, *Justiça Restaurativa e Crimes Patrimoniais na Reforma Penal de 2007, 2009*, pp. 539 ss, e iremos basear-nos no texto referido.

Em relação ao conteúdo do acordo, este é fixado de forma livre, pelo arguido e ofendido (6º, nº 1): pode ser acordada a reparação material do dano, ou a reparação simbólica, como por exemplo um pedido de desculpas, a frequência de um determinado curso ou tratamento médico²⁸⁷. No entanto, existem alguns limites a este acordo, nos termos do art. 6º, nº 2 da lei: as sanções não podem privar o arguido da sua liberdade, não podem ofender a dignidade do arguido, ou durar mais de 6 meses²⁸⁸.

No parecer do IDPCC é defendida a solução de remeter os casos de *shoplifting* para a mediação penal²⁸⁹. Esta é uma solução que é possível sem ser necessário alterar a natureza processual do crime²⁹⁰.

A mediação penal privilegia assim a reparação dos danos, a conciliação agente-vítima e a pacificação social²⁹¹.

Em ambos os casos, tanto na mediação penal, como na reparação, a justiça que é imposta, de carácter unilateral e vertical dá lugar à justiça menos severa, negociada, conciliadora, interativa e horizontal, e que tem em conta a composição de interesses, na qual o indivíduo reforça a sua legitimidade em detrimento do Estado²⁹², aumentando o espaço de livre determinação individual²⁹³.

²⁸⁷ Morão, Helena, *op. cit.*, p. 541.

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ Direção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *op. cit.*, p. 5.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ Dias, Augusto Silva, *op. cit.*, p. 7.

²⁹² Rodrigues, Anabela Miranda, *op. cit.*, p. 228.

²⁹³ *Idem*, p. 230.

CONCLUSÕES

O *shoplifting* é um fenómeno atual, global e massivo. A sua recente tipificação deriva de uma alteração legislativa polémica. Esta é criticada por não ter sido construída com base no trabalho de uma comissão de reforma, ou com base num trabalho documental científico, e por ter sido dada prevalência à rapidez da alteração²⁹⁴.

No entanto, esta alteração não foi inconsequente, tendo existido casos em que colocou em causa a legitimidade processual do MP em processos que estavam a decorrer em tribunal, nos termos do art. 203º CP, na altura da mesma²⁹⁵.

Perante o estudo efetuado da figura do *shoplifting* no segundo capítulo, concluímos que, tendo em conta as suas características, as políticas preventivas devem ter primazia. No que toca às políticas repressivas, deve-se optar por soluções pouco estigmatizantes e que tenham um pendor conciliador.

Podemos também dizer que a opção do legislador de privatizar o crime não é a melhor solução para o problema. Isto, tendo em consideração não só as características do comportamento, conforme demonstrado no capítulo segundo, mas também os problemas práticos, apontados por vários autores e por nós enunciados no capítulo três. Entendemos que a opção foi tomada dadas as características bagatelares e de baixa danosidade do furto em estabelecimento comercial, mas que esta não é a melhor solução para o problema.

A nosso ver, o legislador utilizou o direito penal para criminalizar um comportamento, que depois discriminalizou processualmente. Teria sido mais benéfico não criminalizar um comportamento logo à partida, se a intenção é discriminalizá-lo depois. O direito penal só deve ser utilizado como última *ratio*, não deve ser usado para “mascarar” uma conduta de crime, quando nem é isso que se pretende.

²⁹⁴ Pinto, Frederico da Costa, Reformas penais, p. 7.

²⁹⁵ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 19/2/2014.

Achamos que a intenção associada à descriminalização é de aplaudir, no entanto, temos dúvidas se terá sido realizada da melhor maneira. Sendo este considerado um crime de menor gravidade, mas que, essencialmente devido ao seu carácter massivo, poderá ter grandes repercussões, é necessário apontar uma solução para o problema. Pensamos que a solução por nós proposta contempla a figura do furto em estabelecimento comercial, o bem jurídico da propriedade, e os princípios constitucionais em causa.

Partindo da ideia central da discriminalização, propomos uma solução bipartida, assente em dois tipos diferentes de políticas.

As políticas de prevenção do fenómeno ocupam um lugar central nesta solução. Esta prevenção deve ser contínua e pode ser feita de várias maneiras.

A intervenção mais geral recai sobre a educação dos consumidores e da população em relação ao problema do *shoplifting*. Seria importante alertar para o facto de esta ser uma prática que acarreta consequências para os profissionais e para os consumidores. Além disso, seria também benéfico chamar a atenção para as consequências para os *shoplifters*, combatendo a ideia de que este é um crime que não é detetado, e que não tem consequências. Esta sensibilização poderia ser feita diretamente nos estabelecimentos comerciais, através da distribuição da informação pelos consumidores, e até pelo espaço do estabelecimento²⁹⁶.

A política de prevenção tem uma outra face, um segundo momento, mais localizado, e virado para o impedimento da ação criminosa. Falamos da prevenção situacional. Como já afirmámos, esta prevenção está intimamente ligada às oportunidades criminais, e visa diminuir as mesmas.

Como referimos, a nossa solução versa sobre dois tipos diferentes de políticas. No que toca a políticas repressivas, é necessário distinguir entre furtos de maior e menor valor, uma vez que as soluções adequadas serão diferentes. Apesar de o bem jurídico ser o mesmo, como já foi dito, isso não é suficiente para automaticamente atribuir a mesma solução a situações que têm dignidade

²⁹⁶ Lembramos, novamente, o estudo de McNees, M. Patrick, et. al, *op. cit.*, 1976, pp. 399 ss.

penal e danosidade social diferentes, pelo que necessitam de tutelas e de tipos de intervenção diferenciados.

Assim sendo, importa distinguir entre situações em que os furtos correspondem a menos de $\frac{1}{4}$ de UC e situações em que o valor se situa entre $\frac{1}{4}$ de UC e 1 UC. Na primeira situação, e partindo da perspetiva de Augusto Silva Dias, pensamos que o ilícito deve ser afastado do sistema penal e deve ser abrangido por uma tutela jurídico-civil. Essa exclusão poderá ser feita no art. 207º, nº 2 diretamente, ou através de uma norma na parte geral do CP. Estamos, assim, perante uma delimitação negativa do penalmente punível.

Escolhemos o limite de $\frac{1}{4}$ de UC pois pensamos que é um valor suficientemente baixo, uma vez que corresponde sensivelmente a 25,50€, hoje em dia. Como já foi referido, utilizamos a ideia de André Lamas Leite de indexar o valor a unidades de conta, para que possa existir uma adaptação à evolução da sociedade. Neste caso, estamos perante um valor bastante diminuto.

Situação diferente ocorre se o valor do furto se situar entre $\frac{1}{4}$ de UC e 1 UC. O CP define como furto de valor diminuto aquele que não excede 1 UC, nos termos do art. 202º, al. c), e o art. 207º, nº 2 exige que a coisa tenha valor diminuto para operar. Nestes casos, na nossa opinião, já se justifica e adequa a tutela penal, uma vez que há uma maior danosidade social e dignidade penal.

No entanto, partindo do princípio da proporcionalidade e do estudo efetuado no segundo capítulo, propomos sanções que não são privativas da liberdade, e que permitem uma conciliação e uma resolução do problema sem um efeito demasiado estigmatizante.

Nesta última fase, existem então duas opções possíveis: a reparação como sanção autónoma, e a mediação penal. Estas são soluções que podem ser usadas como uma alternativa ao procedimento penal tradicional. Além disso, visam restabelecer a situação anterior à ocorrência do delito e permitem cumprir os fins das penas, tanto ao nível da prevenção, como da retribuição. Por último,

acarretam também vantagens ao nível da celeridade processual. São soluções que garantem às partes uma grande autonomia e permitem uma justiça adaptada.

Como nota final, não poderíamos deixar de enunciar algumas questões ligadas ao tema do nosso trabalho que merecem ser alvo de futura análise. Falamos de problemas associados ao *shoplifting*. Exemplo disso é a utilização de crianças para efetuar os furtos²⁹⁷; a preocupação de que o *shoplifting* possa dar origem a crimes mais gravosos²⁹⁸; o furto realizado pelos trabalhadores; o *displacement*, ou seja, a preocupação de que algumas soluções não diminuam o *shoplifting*, apenas o desloquem de um estabelecimento para outro; e a questão da reiteração do comportamento.

²⁹⁷ Checkout Magazine, *op. cit.*, p .50.

²⁹⁸ *Ibidem*.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, *Comentário do código penal: à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2015, pp.792-822.

BARREIROS, José António, *Crimes contra o património*, Edição Universidade Lusíada, Lisboa, 1996, p.72.

BELEZA, Teresa Pizarro/ PINTO, Frederico de Lacerda da Costa, *A tutela penal do património após a revisão do Código Penal de 1995*, Lisboa, AAFDL, 1998, pp.1-91.

CÂMARA, Guilherme Costa, *Programa de política criminal: orientado para a vítima de crime*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 161-222.

CASTIGLIA, Patrícia T., *Stealing/Shoplifting*, *Journal of Pediatric Health Care*, Vol. 13, Nº 5, Setembro-Outubro 1999, pp. 248-249. Disponível em www.sciencedirect.com (em 7 de Junho 2016).

Checkout Magazine, Vol. 14, Nº 7, Julho 2015, pp 48-50. Disponível em www.b-on.pt (em 12 de Abril de 2016) .

CLARKE, Ronald v., *Shoplifting*, Problem-Oriented Guides for Police, Problem-Specific Guides Series, Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Service, Nº 11, 2003 pp.1-30. Disponível em www.cops.usdoj.gov (em 29 de Março de 2016).

DE BOCK, Tine/ VERMEIR, Iris/ PANDELAERE, Mario/ VAN KENHOVE, Patrick, *Exploring the Impact of Fear Appeals on the Prevention of Shoplifting*, Universiteit Gent, Faculteit Economie en Bedrijfskunde, 2010, pp. 2-19. Disponível em www.researchgate.net (em 18 de Abril de 2016).

DIAS, Augusto Silva, *A proposta de alteração do Código Penal sobre o furto em estabelecimentos comerciais*, 2013, pp. 1-15. Disponível em www.idpcc.pt (em 5 de Junho de 2016).

DIAS, Jorge de Figueiredo (dir.) *Comentário conimbricense do Código Penal, Parte Especial, tomo II (artigos 202º a 307º)*, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp. 8-14, 24-53, 123-133.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Direito Penal - Parte Geral - Tomo I - Questões Fundamentais; A Doutrina Geral do Crime*, 2ª Edição, 2ª Reimpressão, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 107,154.

DIAS, Jorge de Figueiredo/ ANDRADE, Manuel da Costa, *Criminologia, O Homem delinquente e a sociedade criminógena*, 1ª Edição, reimpressão, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp.91-123, 363-441.

EGAN, Vicent/ TAYLOR, David, *Shoplifting, unethical consumer behaviour, and personality, in Personality and Individual Differences*, Nº48, 2010, pp.878-883. Disponível em www.sciencedirect.com (em 15 de Março de 2016).

FARRINGTON, David. P./ BOWEN, Sean/ BUCKLE, Abigail/ BURNS-HOWELL, Tony/ BURROWS, John/ SPEED, Martin, *An experiment on the prevention of shoplifting, in Crime Prevention Studies*, Vol. 1, 1993, pp.93-119. Disponível na Internet em www.popcenter.org (em 10 de Abril de 2016).

FERNANDES, Fernando, *O processo penal como instrumento de política criminal*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 17-77; 87-129; 133-164.

FREIRE, Pascoal José de Melo, *Instituições de Direito Criminal Português* (trad. da 1.ª edição de 1794 de Miguel Pinto de Menezes), in *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, Lisboa, Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria Geral da República, nº 155, Abril de 1966, pp. 5-202.

GARCIA, M. Miguez Garcia/ RIO, J. M. Castela, *Código penal: parte geral e especial: com notas e comentários*, Coimbra, Almedina 2014, pp. 826-880.

GLASSCOCK, Stephen G./ RAPOFF, Michael, A./ CHRISTOPHERSEN, Edward R., *Behavioral Methods to Reduce Shoplifting*, in *Journal of Business and Psychology*, Vol. 2, N° 3, Spring 1988, pp. 272-278. Disponível em www.link.springer.com (em 11 de Abril de 2016).

GUFFEY, Hugh J. Jr./ HARRIS, James R./ LAUMER, J. Ford Jr., *Shopper Attitudes Toward Shoplifting and Shoplifting Preventive Devices*, in *Journal of Retailing*, Vol 55, N°3, Fall 1979, pp. 75-89. Disponível em www.b-on.pt (em 6 de Junho de 2016).

Intercampus, *Vitimação de Estabelecimentos Comerciais: Barómetro APAV*, 2013, pp. 1-22. Disponível em www.apav.pt (em 29 de Março de 2016).

KAJALO, Sami/ LINDBLOM, Arto, *Evaluating the effects of formal and informal surveillance: a retailer's view*, in *Proceedings of ASBBS Annual Conference*, Vol 19, N° 1, February 2012, pp. 461-471. Disponível em www.asbbs.org (em 20 de Abril de 2016).

KHALIL, Elias L., *Temptations as Impulsivity: How far are Regret and the Allais Paradox from Shoplifting?*, in *Economic Modelling*, Vol. 51, 2015, pp.551-559. Disponível em www.sciencedirect.com (em 11 de Abril de 2016).

LANE, Robert C./ KRASNOVSKY, Therese, *Shoplifting: A review of the literature*, in *Agression and Violent Behavior*, Vol. 3, N° 3, 1998, pp. 219-235. Disponível em www.sciencedirect.com (em 15 de Março de 2016).

LASKY, Nicole/ JACQUES, Scott/ FISHER, Bonnie S., *Glossing Over Shoplifting: How Thieves Act Normal*, in *Deviant Behavior*, Vol. 36 N° 4, 2015, pp. 293-309. Disponível em www.tandfonline.com (em 14 de Março de 2016).

LATAS, António, *As alterações do Código Penal introduzidas pela Lei n.19/2013, de 21 de fevereiro* in *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, Lisboa, Almedina, 1º Semestre, Nº1, 2014, pp. 82-87.

LEAL-HENRIQUES, Manuel de Oliveira/ SANTOS, Manuel José Carrilho de Simas, *Código penal anotado*, Vol. II, 3ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros, 2000, pp. 714- 717.

LEITE, André Lamas, *Penas acessórias, questões de género, de violência doméstica e o tratamento jurídico-criminal dos Shoplifters*, in *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma cirúrgica?*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 31-87.

MCNEES, M. Patrick/ EGLI, Daniel S./ MARSHALL, Rebecca S./ SCHNELLE, John/ F., RISLEY, Todd R., *Shoplifting Prevention: Providing information through signs*, in *Journal of Applied Behavior Analysis*, Vol. 9, Nº 4 Winter, 1976, pp. 399-405. Disponível em www.ncbi.nlm.nih.gov (em 5 de Junho de 2016).

MCNEES, M. Patrick/ KENNON, Marcia/ SCHNELLE, John F./ KIRCHNER, Robert E./ THOMAS, Murphy M., *An Experimental Analysis of a Program To Reduce Retail Theft*, in *American Journal of Community Psychology*, Vol. 8, Nº 3, 1980, pp. 379-384. Disponível em www.ncbi.nlm.nih.gov (em 6 de Junho de 2016).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, *Código Penal: Actas e Projecto da Comissão de Revisão*, Lisboa, Rei dos Livros, 1993, pp. 3-25.

MONTE, Mário Ferreira, *Da reparação penal como consequência jurídica autónoma do crime*, in *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp.129-154.

MORÃO, Helena, *Justiça restaurativa e crimes patrimoniais na Reforma Penal de 2007*, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo*

Dias, org. Manuel da Costa Andrade, Maria João Antunes, Susana Aires de Sousa, 3.Vol., Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 527-543.

PINTO, Frederico Costa, *Delitos de bagatela (The de minimus doctrine in criminal cases)*, in *Revista Penal*, Nº35, Janeiro 2015, pp. 388-342. Disponível em www.fd.unl.pt (em 1 de Julho de 2016).

PINTO, Frederico Costa, *Reformas penais*, pp. 1-7. Disponível em www.fd.unl.pt (em 2 de Julho de 2016).

PRESS, Mike/ EROL, Rosie/ COOPER, Rachel, *Off the Shelf, design and retail crime*, The Design Policy Partnership, Sheffield Hallam University, The University of Salford, 2001, pp 1-59. Disponível em www.shu.ac.uk (em 14 de Março de 2016).

RAMOS, Óscar, *O Furto em espaços comerciais: Contributos para a compreensão das dinâmicas do crime e da prevenção no contexto*, Porto, 2012, pp. 3-16; 99-106.

RAMOS, Óscar/ CARDOSO, Carla, *Questões de segurança em superfícies comerciais, Estado da arte criminológica*, in *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar*, U. Porto Editorial, Porto, 2012, pp. 249-279.

RODRIGUES, Anabela, Miranda, *Política Criminal- Novos desafios, velhos rumos*, in *Liber Discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 207-234.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva, *Delicuencia patrimonial leve: una observación del estado de la cuestión*, in *Estudios penales y criminológicos*, Nº. 25, 2004, pp. 331-360. Disponível em dialnet.unirioja.es (em 20 de Março de 2016).

SESSAR, Klaus, *Os problemas que a criminologia enfrenta face ao direito penal e à política criminal. Algumas considerações teóricas*, in *A criminologia: um arquipélago interdisciplinar*, U. Porto Editorial, Porto, 2012, pp.583-599.

TONGLET, Michele, *Consumer misbehaviour: An exploratory study of shoplifting*, in *Journal of Consumer Behaviour*, Vol. 1, Nº 4, Jun. 2002, pp. 336 e ss. Disponível em www.howest.be (em 7 de Abril de 2016).

Legislação

DL n.º 48/95, de 15 de Março, na sua versão atualizada (Código Penal Português).

DL n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, na sua versão atualizada (Código de Processo Penal Português).

Decreto 10/04 de 1976, na sua versão atualizada (Constituição da República Portuguesa).

Proposta de Lei nº 75/XII (1ª), DR II Série A, Nº 198.

Lei nº 21/2007 de 12 de junho (Lei da Mediação Penal).

Pareceres:

Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, *Parecer do SMMP relativo ao projecto de proposta de Lei de alteração do Código Penal*, Lisboa, 2012. Disponível em www.smmp.pt (em 15 de Dezembro de 2015).

PALMA, Maria Fernanda, *Análise das propostas de alteração legislativa em matéria penal e processual penal*, IDPCC, 2012. Disponível em www.idpcc.pt (em 5 de Janeiro de 2016).

Parecer da comissão de assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias sobre as Propostas de Lei nº 75/XII (1ª) (GOV), 77/XII (1ª) (GOV) e 78/XII (1ª) (GOV), 2012. Disponível em www.parlamento.pt (em 27 de Dezembro de 2015).

Parecer do Conselho Superior de Magistratura sobre o projeto da Proposta de Lei nº 75/XII (1ª) (GOV) , 2012. Disponível em www.parlamento.pt (em 27 de Dezembro de 2015).

Parecer do Conselho Superior do Ministério Público, sobre o projeto da Proposta de Lei nº 75/XII (1ª) (GOV) , 2012. Disponível em www.parlamento.pt (em 27 de Dezembro de 2015).

Parecer do Gabinete de Estudos da Ordem dos Advogado sobre o projeto da Proposta de Lei nº 75/XII (1ª) (GOV) , 2012. Disponível em www.parlamento.pt (em 27 de Dezembro de 2015).

Jurisprudência

Acórdão do TR Évora, proc. nº 280/13.1PALGS.E1, de 26-11-2013, Relator: Proença da Costa.

Acórdão do TR Lisboa, proc. nº 7216/2008-3, de 19-09-2008, Relator: Carlos Almeida.

Acórdão do TR Porto, proc. nº 1467/12.0PHMTS.P1, de 19-02-2014, Relator: Fátima Furtado.

Acórdão do TR Porto, proc. nº 10561/08.0TDPRT.P2, de 24-02-2016, Relator: José Carreto.

Acórdão do TR Porto, proc. nº 0611764, de 26-04-2006, Relator: Jorge França.

Bibliografia

Acórdão do STJ, proc. nº 01B1752, de 05-07-2001, Relator: Sousa Inês.

ÍNDICE:

Introdução	1
1- O Furto em estabelecimento comercial	3
1.1- Antecedentes históricos do furto em estabelecimentos comerciais: o furto formigueiro e o furto por necessidade	3
1.1.2- O processo legislativo na origem da reforma de 2013	6
a) As diversas versões da proposta de lei	7
b) A posição assumida pelo SMMP	10
c) Outras posições sobre a alteração legislativa	12
1.3- A solução acolhida em 2013: aproximação à tipicidade do furto em estabelecimentos comerciais	15
a) O bem jurídico em causa	16
b) O Tipo objetivo	18
c) O Tipo subjetivo	22
1.4- Síntese: existe um crime de furto em estabelecimento comercial?	22
 2- Estudo criminológico e de política criminal: a realidade do furto em estabelecimento comercial	 24
2.1- Breves notas sobre o furto em estabelecimento comercial	25
2.1.1- O furto em estabelecimento comercial e o setor de vendas	25
2.1.2- A distribuição do fenómeno	28
2.1.3- A caracterização do agente	31
2.2- Conclusões sobre a figura do furto em estabelecimento comercial	35
 3- Além da solução legal: tomada de posição	 40
3.1- A solução legal: revisão crítica	40
3.2- Outras soluções possíveis	42
3.3- A descriminalização de um comportamento	44

3.4- Tomada de posição: escolha de uma solução	48
3.4.1- A prevenção situacional	50
3.4.2- A reparação como sanção autónoma	53
3.4.3- A mediação penal	56
Conclusões	60
Bibliografia	64